



**JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS:
A VISÃO DOS JOVENS DE PRAIA DA ROSA E SAPUCAIA**

Rizete Serafim Costa

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mestrado em Serviço Social

Orientadora:
Prof^a. Maria de Fatima Cabral Marques Gomes
Doutora em Serviço Social

Rio de Janeiro
2004

**JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS:
A VISÃO DOS JOVENS DE PRAIA DA ROSA E SAPUCAIA**

Rizete Serafim Costa

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Profa. Maria de Fatima Cabral Marques Gomes - Orientadora

Doutora

Profa. Ilma Rezende Soares

Doutora

Profa. Sebastiana Rodrigues de Brito

Doutora

Rio de Janeiro

2004

Costa, Rizete Serafim.

C837j Juventude e Políticas Públicas: a visão dos jovens de Praia da Rosa e Sapucaia. / Rizete Serafim Costa. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

xi, 104 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, 2004.

Orientadora: Maria de Fatima Cabral Marques Gomes

1. Políticas Públicas - Jovens - Brasil. 2. Juventude e Políticas Públicas - Tese. 3. Favela Praia da Rosa - Ilha do Governador-RJ. 4. Favela Sapucaia - Ilha do Governador-RJ. I. Gomes, Maria de Fatima Cabral Marques, (orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. III. Título.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir as políticas públicas para a juventude, em especial o Projeto Agente Jovem desenvolvido pelo governo Federal em articulação com os governos estaduais e municipais, visando à capacitação e inserção dos jovens no mercado de trabalho. Tomamos como campo empírico da pesquisa as favelas de Praia da Rosa e Sapucaia na Ilha do Governador Rio de Janeiro.

A partir das informações coletadas na pesquisa, percebemos que a intervenção do Estado, através de políticas setoriais para a juventude, não corresponde às reais necessidades e desejos dos jovens entrevistados como também não intervém no cotidiano desses jovens apresentando possibilidades para um futuro diferente. Constatamos, como possíveis implicações para essa faixa etária da população, em relação à falta de perspectivas quanto ao futuro profissional, o envolvimento desses jovens com o tráfico de drogas.

Resumé

Ce travail a comme objectif de discuter les politiques publiques destinées à la jeunesse, en particulier le Projet Agente Jovem développé par le gouvernement fédéral conjointement avec les gouvernements des états et les municipalités, ciblant la capacité d'insertion des jeunes dans le marché du travail. Nous avons pris comme champ empirique de la recherche les favelas de Praia da Rosa e Sapucaia dans l'île du Gouverneur à Rio de Janeiro.

A partir des informations collectées dans cette recherche, nous avons remarqué que l'intervention de l'Etat à travers de politiques sectorielles pour la jeunesse, ne correspond pas aux réelles nécessités et désirs des jeunes interrogés, comme aussi, n'offre pas aux jeunes un futur différent. Nous constatons comme possibles implications, pour cette tranche de la population, en relation aux manques de perspectives quant à leur futur professionnel, l'entrée de ces jeunes dans le trafic de drogues.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL	19
1.1- Algumas referências teóricas para análise das políticas sociais no Brasil	
1.2- A trajetória histórica das políticas sociais brasileiras	21
1.3- A Política Social para a Juventude	28
1.4- Projeto Agente Jovem	38
CAPÍTULO II JUVENTUDE: O SEU PAPEL SOCIAL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DO TRABALHO	43
2.1 - Juventude: Qual o seu real significado?	43
2.2 - Juventude e a Categoria Trabalho	51
CAPÍTULO III OS JOVENS DE PRAIA DA ROSA E SAPUCAIA EM PROCESSO DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	61
3.1 - Algumas Considerações sobre as favelas de Praia da Rosa e Sapucaia e sobre o segmento jovem dessa população com base no Censo de 1996	61

3.2 – Jovens entrevistados em Praia da Rosa e Sapucaia: Trabalho, Escolaridade, Políticas Públicas, Cotidiano e Perspectivas para o Futuro	66
3.2.1 – Aspectos metodológicos da pesquisa e trabalho de campo	66
3.2.2 – A inserção no mercado de trabalho	70
3.2.3 – A questão da escolaridade e a visão do jovem sobre a escola	77
3.2.4 – As políticas públicas para os jovens de Praia da Rosa e Sapucaia	83
3.2.5 – O Cotidiano dos Jovens moradores das favelas de Praia da Rosa e Sapucaia	84
• Lazer	84
• Violência e Narcotráfico	87
3.2.6 - Perspectivas para o Futuro no olhar dos Jovens entrevistados	91
4 – CONCLUSÃO	93
5 – REFERÊNCIAS	96
6 – ANEXO	103

DEDICATÓRIA

A Davi e à Hilda,
por tudo o que representam na minha vida.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe por tudo que ela representa pra mim. Essa pessoa maravilhosa que sempre esteve do meu lado quando o mundo ameaçava cair na minha cabeça e principalmente por sempre acreditar que daria tudo certo.

Ao meu pai, que mesmo estando hoje em outro plano, é muito presente na minha vida.

Às minhas três melhores amigas, minhas irmãs, obrigada pelo carinho e o apoio que vocês sempre me dão. Sei que vocês torcem pela minha felicidade e estão tão felizes quanto eu com o resultado final de mais um projeto que realizei. Amo muito vocês três.

Aos meus irmãos, meus eternos professores, que tanto amo, obrigada por vocês existirem. Vocês também são responsáveis por mais essa vitória.

À Luize, minha irmã "emprestada", obrigada por você fazer parte da minha família e ser minha amiga.

Aos meus queridos e amados sobrinhos Silvinho, Carlinhos, Bruno, Marcela, Danilo, Davi, João Paulo, Léo, Luiz Gustavo e Maria Eduarda, minhas eternas fontes de inspiração, amo vocês.

À Fatima, minha orientadora, que na verdade é muito mais que uma orientadora, é a grande responsável por tudo isso. Você que sempre estava pronta para nos ajudar. Sem nem me conhecer, abriu as portas da Pesquisa e me recebeu com muito carinho e respeito. Obrigada é muito pouco para eu lhe dizer. Você é uma das criaturas mais excepcionais que já conheci em toda a minha vida. Adoro você, e muito OBRI GADA.

Ao meu querido e amado amigo, André, obrigada por tudo, principalmente por você fazer parte da minha vida.

Aos meus poucos, mas grandes amigos, Adriana Andréa, William, Rosenária, Marcelo Brás, Adriana Castro, Cilene Almeida e todos aqueles que não citei o nome, mas que estão no meu coração e que torcem pelo meu sucesso.

Aos companheiros da Pastoral do Menor, especialmente a equipe técnica do projeto Pleitear, Geovana, Lígia, João Carlos e Luciana, que muitas vezes emprestaram o ouvido e atenciosamente refletiram comigo algumas questões fundamentais para a minha pesquisa. Valeu Turma!

Aos meus queridos adolescentes do projeto Pleitear, e especialmente aos das empresas que eu acompanhava; obrigada pela troca que estabelecemos em nossos Acompanhamentos Pedagógicos.

Aos jovens das Favelas de Praia da Rosa e Sapucaia pela receptividade e pela delicadeza de participarem da pesquisa.

Às presidentas das Associações de Moradores de Praia da Rosa e Sapucaia pelo carinho e respeito durante todo o processo de trabalho de campo.

Aos professores da Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ, especialmente as professoras Mirian Lins, Yolanda Guerra e Carlos Nelson Coutinho; muito obrigada pelo aprendizado e pela troca cotidiana.

Ao grupo de pesquisa Favela e Cidadania, a extensão da minha casa. Obrigada por tudo pessoal.

Às professoras Lenise e especialmente à Ana Izabel pelo carinho e respeito nesses anos todos de convivência e pela sua atenção na reta final desse trabalho.

À minha mais nova amiga, Adelica, muito obrigada pela força na reta final da dissertação.

Aos meus alunos da FAVAG e da UNIMONTES pelo carinho e respeito durante todo o processo final da dissertação.

Obrigada a todos que passaram na minha vida e compartilharam de alguns momentos felizes comigo. Principalmente aquelas pessoas que acompanharam o começo dessa longa jornada e que hoje optaram por não se fazer presente.

À secretária da pós-graduação, Ieda, pelo seu carinho e respeito durante esses dois longos anos de estudo e construção.

INTRODUÇÃO

Os jovens na sociedade moderna têm tido posição de destaque. É justamente nessa fase da vida que se tomam as decisões que direcionarão o futuro de cada indivíduo. Portanto, nesse momento único de cada ser humano, é crucial que a sociedade ofereça as oportunidades necessárias para que o jovem possa olhar o horizonte e decidir os melhores caminhos que deve tomar.

É assim em todo mundo. No Brasil, porém, a década de 1990 foi marcada pela ausência de perspectivas para os nossos jovens quanto ao rumo a ser seguido, esta questão surgiu de forma gritante, sobretudo no mercado de trabalho. O crescimento das taxas de desemprego nesse momento é prova concreta dessa falta de perspectivas. Também as pesquisas, os estudos sobre jovens e a procura dos governos em formular – por vezes equivocadamente – políticas para essa faixa etária confirmam essa percepção.

A preocupação desse estudo foi tentar captar o resultado das tentativas de intervenção do governo federal em termos de políticas públicas para essa faixa etária da população e as possíveis implicações para os jovens da falta de perspectivas quanto ao caminho profissional futuro, já que essa intervenção não tem correspondido às expectativas.

Dessa forma, o presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa realizada com os jovens moradores das favelas de Praia da Rosa e Sapucaia sobre a percepção dos programas governamentais destinados a capacitá-los e inseri-los no trabalho, no caso o Projeto Agente Jovem. No nosso estudo levamos também em consideração a visão dos jovens sobre o mundo do trabalho

e os desafios no Brasil pelas transformações recentes relacionadas à globalização da economia.

O interesse por essa temática é resultado da nossa inserção nas favelas de Praia da Rosa e Sapucaia na Ilha do Governador, como bolsista de aperfeiçoamento do grupo de pesquisa e extensão “Favela e Cidadania” da Escola de Serviço Social da UFRJ, quando tivemos oportunidade de estudar este segmento da população, destacando as questões relativas ao trabalho. Nas favelas, objeto de nossa investigação, é alarmante o número de jovens envolvidos com o tráfico de drogas, tanto como integrantes de redes de narcotraficantes como consumidores; sendo quase impossível separar os dois tipos de inserção. Em razão das precárias condições de vida da população favelada, o tráfico apresenta-se como uma alternativa de sobrevivência. Assim, a determinação econômica nesse caso é evidente, ainda que outros fatores se coloquem no sentido de complexificar a problemática¹.

Por outro lado, durante o período em que atuamos como Assistente Social da Pastoral do Menor, desenvolvemos nossa prática profissional com jovens em situação de risco social, inseridos em programas de preparação para o mercado de trabalho realizados por essa instituição em parceria com o Exército Brasileiro e a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro o que também contribuiu para aprofundar nossa reflexão sobre essa problemática. Os jovens, objeto dos programas da Pastoral do Menor, provenientes de favelas do Rio de Janeiro, são considerados em situação de risco social justamente pelo fato de residirem em áreas onde o tráfico de drogas é intenso.

¹ Alba Zaluar (1994) aponta, a partir de um estudo que realizou com jovens de uma favela da região oeste do Rio de Janeiro, que fatores como exclusão da família, da escola, da vizinhança, a perseguição policial e principalmente as dívidas adquiridas com os traficantes das bocas de fumos são relevantes para a inserção de jovens no mundo do tráfico de drogas.

Sem querer poetizar ou justificar, afirmamos que a relação dos jovens com o tráfico se estabelece e é determinada pela sua condição socioeconômica, embora outros condicionantes contribuam para complexificar essa questão. Assim, não estaremos cometendo nenhum exagero em assegurar que essa relação se percebe com maior intensidade nos jovens pertencentes às camadas mais pobres da sociedade. Devido a um conjunto de elementos que permeiam sua existência, esses jovens, sem perspectivas de trabalho e vida, buscam nos grupos de traficantes a ferramenta para construção de um futuro, não importando a sua brevidade ou legitimidade social.

Essa situação pode ser entendida pela histórica fragilidade das políticas públicas, no que concerne à garantia dos direitos de cidadania, pela ausência do Estado nas periferias empobrecidas da cidade e pelo fato de contarmos, no Brasil, no contexto da globalização da economia, com um mercado de trabalho restrito e excludente na medida em que exige uma qualificação cada vez mais extensa. Por outro lado, observamos que os programas destinados à preparação para o mercado de trabalho são insuficientes para reverter esse quadro que tem se configurado historicamente, através de um conjunto de variáveis, inclusive por conta da educação pública que vem sendo sucateada.

Percebemos que a intervenção do Estado, através das políticas públicas para os jovens, não leva em conta o protagonismo juvenil², não se dá de forma contínua, ou seja, na maioria dos casos trata-se de ações fragmentadas. Mesmo após a aprovação da Constituição em 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que surgem com a perspectiva de serem instrumentos voltados para o resgate da cidadania desse segmento da população, ainda não

² Esse conceito será aprofundado no Capítulo II

temos políticas públicas que respondam qualitativamente às questões apresentadas por esse segmento da sociedade; o que temos são políticas pontuais, fragmentadas e de caráter compensatório.

As conquistas efetivadas em termos de direitos de cidadania para a população jovem, com a Constituição de 1988, estão sendo inviabilizadas em função da orientação neoliberal assumida pelo Estado brasileiro desde o Governo Collor e fortalecida no governo de Fernando Henrique Cardoso com a restrição das políticas sociais que são cada vez mais excludentes. Grande parte dessas políticas foi repassada para a sociedade civil sem que houvesse uma preocupação com a sua continuidade e com a garantia dos direitos de cidadania.

É justamente nesse contexto de total descaso com os direitos sociais fundamentais que a questão do narcotráfico tem crescido assustadoramente entre as parcelas mais pobres da população do Brasil. Sem ter acesso a uma escola formal de qualidade e, contraditoriamente, tendo que se inserir num mercado de trabalho exigente quanto ao nível de qualificação, esse segmento da população irá buscar possibilidades de realização de seus projetos onde lhe parece mais factível.

Do nosso ponto de vista, é fundamental que as políticas públicas levem em consideração o protagonismo juvenil e por isso privilegiamos em nossa dissertação um estudo teórico/empírico sobre a percepção dos jovens quanto às mudanças no mercado de trabalho e às políticas de preparação e inserção nesse mercado.

No sentido de buscar as ferramentas teóricas para o desenvolvimento de nosso estudo sobre a percepção de jovens inseridos ou em vias de se inserirem no mercado de trabalho, construímos um caminho teórico-empírico a ser realizado pela presente dissertação. Este compreendeu duas etapas

realizadas não de forma estanque, mas inter-relacionadas: sendo a primeira um levantamento bibliográfico para a produção de um quadro teórico e a segunda uma pesquisa empírica com os jovens moradores das favelas de Praia da Rosa e Sapucaia. A dissertação está dividida em três capítulos nos quais buscamos apresentar os elementos fundamentais relativos ao nosso objeto de estudo.

No primeiro capítulo, discutimos a contextualização e caracterização da política social no Brasil resgatando, inicialmente, a trajetória histórica das políticas sociais brasileiras e em especial a política social para a juventude. No capítulo dois, realizamos um estudo sobre o papel da juventude no processo de construção das políticas sociais onde, através de uma pesquisa bibliográfica, analisamos as diferentes concepções da categoria juventude. No segundo momento deste capítulo, discutimos a relação entre as categorias juventude e trabalho.

No terceiro e último capítulo, apresentamos uma breve caracterização das favelas de Praia da Rosa e Sapucaia a partir dos dados do Censo realizado em 1996 pela Escola de Serviço Social/UFRJ, dando especial destaque às informações relativas aos jovens das duas áreas. A seguir discutimos os dados da pesquisa realizada com os jovens moradores das duas favelas analisando as características dos jovens entrevistados, o significado do trabalho para esses jovens e o cotidiano desses jovens, destacando a questão da violência relacionada ao tráfico de drogas.

Embora o estudo não esgote a análise sobre políticas públicas para a juventude, pretendemos oferecer uma contribuição para a discussão sobre esse tema que para nós é de fundamental importância tendo em vista que a juventude pobre constitui o maior segmento da população que se encontra sem perspectivas para o futuro digno e, portanto, cada vez mais vulnerável às ações

do tráfico de drogas, principalmente no Rio de Janeiro, local em que se realizou essa pesquisa.

CAPÍTULO - I

CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL.

1.1 - Algumas referências teóricas para a análise das políticas sociais no Brasil

Quando se pensa em política social, muitas vezes subestimam-se as suas determinações econômicas. Essa postura abre espaço para o politicismo ou o redistributivismo. O primeiro se verifica a partir da redução da política social a uma simples vontade do sujeito, remetendo sua tematização e causalidade exclusivamente à esfera da regulação dos conflitos e controle político como busca de legitimação e consenso a partir da pressão dos movimentos sociais; o segundo aparece ao se tomar a política social como solução para as desigualdades sociais desconsiderando os elementos estruturais nesse processo (BEHRING, 1998). Do nosso ponto de vista, a política social não é uma estratégia exclusivamente econômica ou política, mas existe uma complexa e contraditória relação entre política social e política econômica sendo, portanto, o politicismo ou o economicismo uma falsa polêmica. Assim, superando o reducionismo politicista e economicista, consideramos a política social como síntese de múltiplas determinações (Marx, 1998). Dessa forma, torna-se fundamental, na análise de uma determinada política social, estabelecer suas conexões com a política econômica vigente e o contexto político social.

A política social - entendida como uma manifestação da política, que é de total responsabilidade do Estado - não se fundou sob o capitalismo, como uma verdadeira redistribuição da riqueza. A política social ocupa certa posição político-econômica a partir de um determinado período histórico, e a economia política se movimenta a partir de condições objetivas e subjetivas. O

significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política; mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade. Em Marx, vamos encontrar possibilidades para uma análise mais ampla da política social e de suas relações com a política econômica, na medida em que o social é entendido como totalidade³.

Segundo Marx, o processo de produção capitalista introduziu nas etapas de socialização do trabalho e das forças produtivas um caráter individual e contraditório. E para ele, essa contradição só será superada com a socialização dos processos de apropriação, isto é, com a eliminação da propriedade individual. Assim, a cidadania viabilizada pela política social coloca-se no limite da sociedade capitalista.

Constata-se que a política social configura-se, no contexto da estagnação, como um terreno importante da luta de classes. Trata-se da defesa de condições dignas de existência, em face do crescimento da ofensiva capitalista, em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho.

No atual contexto, as políticas sociais aparecem como uma ação paternalista, como geradoras de desequilíbrio, como algo que deve ser acessado via mercado, e não como um direito social. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, o que

³ Nesse sentido, segundo Marx “a sociedade se apresenta como uma totalidade na qual, de certo modo, destaca-se o momento econômico, a chamada” infra-estrutura”, que ele entende como a articulação sintética entre os processos de dominação da natureza (ou forças produtivas) e o modo pelo qual os homens se relacionam entre si para implementar essa dominação, ou seja, com que chama de relações de produção ou de propriedade, nas quais têm sua gênese a divisão social do trabalho e, em consequência, a essa estruturação da sociedade em classes sociais (Coutinho, 1999, p.92).

aos poucos vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital (Netto, 1997). Este último não prescinde de seu pressuposto geral, que lhe assegura as condições de produção e reprodução. Hoje, cumprir com esse papel é facilitar o fluxo global de mercadorias e dinheiro por meio da desregulamentação de direitos sociais, de garantias fiscais ao capital, da “vista grossa” para a fuga fiscal, da política de privatização, dentre inúmeras possibilidades que, pragmaticamente, viabilizem a realização dos superlucros e da acumulação. No entanto, para entender a complexidade de problemas acarretados pelo neoliberalismo em nosso país, é necessário fazer uma retrospectiva histórica da construção da nossa política social.

1.2. A trajetória histórica das políticas sociais brasileiras

No Brasil, a Revolução de 1930 foi um marco no processo de formulação das políticas sociais, pois foi neste período que os diferentes projetos políticos dialogaram ou entraram em conflito no contato com a realidade histórica (Gomes, 2002). No entanto, de acordo com Santos (1987), a interferência do Estado no processo de construção das políticas sociais antecede este período e é fruto de um processo histórico e contraditório onde a regulamentação das relações sociais no Brasil recorre a experiências de outros países e principalmente ocorre no interior das relações de trabalho em primeiro lugar; evoluindo, posteriormente, para o que denominamos hoje de legislação previdenciária.

Segundo Santos (1987), o conceito-chave que permite entender a política social no Brasil pós-30 é o conceito de cidadania que, segundo o autor,

está implícito na prática política do governo revolucionário e que tal conceito poderia ser descrito como o de Cidadania Regulada. Para este autor, cidadania regulada tem suas raízes não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, que é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações em primeiro lugar e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por extensão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo tal como reconhecido por lei.

Assim, podemos perceber que o processo de intervenção do Estado brasileiro no processo de institucionalização das políticas sociais se faz, inicialmente, apenas com os cidadãos inseridos nas instituições do Estado e que participam do processo de acumulação capitalista, posteriormente alcançando trabalhadores formalmente inseridos no mercado de trabalho⁴.

A associação entre cidadania e ocupação proporcionará as condições institucionais para a construção, posteriormente, dos conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho, uma vez que nestas últimas categorias ficarão incluídos não apenas os desempregados, os subempregados e os empregados instáveis, mas, igualmente, todos aqueles cujas ocupações, por mais regulares e estáveis que sejam, não tenham sido ainda regulamentadas. Observamos que foi nesse primeiro momento de estruturação da política social no país que as desigualdades sociais, fruto da relação contraditória entre

capital e trabalho, começaram a se reproduzir nas bases da própria política formulada pelo Estado. Desde o início, a política social brasileira aparece como paternalista e excludente, por excluir a população do processo de construção de tais políticas, evidenciando com isso a privatização do Estado pela classe dominante. Todo esse processo irá, na prática, restringir os direitos sociais que passam a se constituir em privilégio na medida em que incorporam parcelas reduzidas da população.

No Brasil, a ditadura militar não foi capaz de romper com a visão do direito social enquanto privilégio, muito pelo contrário, utilizou a política social para legitimar o regime e como mecanismo de controle social para conter a insatisfação da população com os efeitos perversos no padrão de desenvolvimento excludente do período.

A violação da ordem democrática, em 1964, colocou em recesso a dimensão democrática da cidadania brasileira. Apesar de esse período representar uma ampliação das políticas sociais, remeteu a sociedade brasileira a um estágio quase que pré-organizado, política e socialmente, na exata medida em que os partidos que vieram a substituir os antigos nenhuma participação efetiva possuíam na administração do governo, e em que os sindicatos eram mantidos sob severa vigilância, bem como as entidades estudantis, entre outras.

O movimento populacional e migratório interno continuou, entretanto, e o processo de urbanização nacional não esmoreceu significativamente. É essa taxa de crescimento populacional, particularmente urbano, que ganhará peso ponderável no cálculo das decisões políticas dada a urgência de manter elevada a taxa de acumulação na economia a fim de propiciar o número de empregos

⁴ A inserção no mercado de trabalho é formalizada na carteira de trabalho.

necessários à absorção de crescente massa urbana. Desmantelada pelo Regime Militar, a rede de organizações sociais que preexistem a 1964, são, portanto, as variáveis “naturais”, crescimento populacional, urbanização e divisão social do trabalho – acopladas às variáveis de mudança na composição da elite, estrutura da escassez e estoque de conhecimento especializado, ou ideologia econômica e social, que pesarão, significativamente, na determinação das decisões de políticas governamentais, entre elas a política social.

Em relação às políticas preventivas, verifica-se que, após 1964, pelo menos dois novos e importantes programas, em seus desígnios, foram criados o PLANASA (Plano Nacional de Saneamento), administrado pelo Banco Nacional de Habitação, com Fundos do FGTS; e o PRONAM (Programa Nacional de Alimentação), com recursos basicamente orçamentários e cujo objetivo é propiciar alimentação supletiva a gestantes e infantes.

Se tomarmos outras duas das áreas consideradas preventivas: saúde e educação observar-se-á que a participação da rubrica *educação* não discrepa muito no período pós-64, e no que discrepa é para menos do que foi o nível histórico de gastos da União e é francamente inferior no que diz respeito à saúde.

Se é verdade que as rubricas orçamentárias não dão a magnitude real dos investimentos governamentais nestas áreas, também é certo que, por maior que seja o esforço não revelado através do orçamento, dificilmente será ele de monta a supor a existência de uma quebra abrupta, para mais, no padrão histórico de gastos. E talvez pela mesma razão, as demandas gerais da população, que não afetam a um grupo específico, dificilmente são capazes de mobilizar setores a ponto de que se organizem para reivindicá-las.

Um ou outro atendimento setorial fica por conta, nestes casos, das políticas distributivas-paternalistas, por parte do Legislativo, quando este é efetivo.

Dado o ingrediente ideológico que acompanhou os sucessivos governos ditatoriais que primeiro é preciso fazer o bolo crescer (acumular) para depois pensar em dividi-lo (reduzir desequilíbrios), seria, com efeito, surpreendente encontrarmos resultados positivos de grande magnitude nesta área. De um modo geral, pode-se concluir que, nesse período, permanece a noção de cidadania destituída de qualquer conotação pública e universal. Grande parte da população é pré-cívica e nela não se encontra ínsita nenhuma pauta fundamental de direitos. Trata-se, primeiramente, de acumular o estoque de bens disponíveis para só depois de certo nível de acumulação tornar-se legítimo discutir a participação em seu usufruto.

A orientação ideológica da elite pós-64 conduziria a problemas mais difíceis de resolver no que concerne às políticas de emprego. No primeiro caso, conflitavam-se os objetivos de modernizar aceleradamente a economia, aumentando a produtividade do fator trabalho e de criar substancial número de empregos anuais, como decorrência da pressão populacional, urbana em particular. Por outro lado, a política de modernização tecnológica da economia faria pender para o lado da mão-de-obra qualificada os benefícios da operação da lei da oferta e da procura, e, sobretudo, tendo em vista ser baixa a expectativa de crescimento da oferta desta mão-de-obra em virtude da estagnação, em termos proporcionais, dos investimentos governamentais em educação.

Vistas pela ótica da compatibilidade entre elas, as políticas preventivas dos governos ditatoriais deflagraram processos conflitivos, só harmonizados à

custa de severo policiamento da força de trabalho industrial e de reforço da prática de regulamentação administrativa da cidadania, sem obter qualquer modificação significativa nos tradicionais processos de acumulação e controle social. As áreas básicas de bem-estar coletivo – saúde pública, educação, saneamento, habitação, nutrição – continuaram no mais baixo ponto da agenda governamental, ou atendidas por programas cujo sucesso é discutível (SANTOS, op.cit.).

A evolução da política social brasileira possui pontos de contato e pontos de diferenças com algumas experiências internacionais marcantes. Se se admite tomar a iniciativa de alguma política de atenção social como o rompimento prático com a ideologia do *laissez-faire* clássico, por exemplo, seria possível considerar que o predomínio ideológico do *laissez-faire* foi mais curto no Brasil do que na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França. Semelhante a estes países e também à Alemanha, o início e os saltos na política social compensatória⁵ estão associados a períodos de depressão econômica antes que a períodos de abundância (Santos, op.cit).

Marcante na evolução brasileira é o fato de que os períodos em que se pode observar efetivos progressos na legislação social coincidem com a existência de governos autoritários. Os dois períodos notáveis da política social brasileira identificam-se, sem dúvida, ao governo revolucionário de Vargas e à década pós-1966. Nesta conexão, a experiência brasileira se aproximaria da estratégia bismarckiana de tentar obter a aquiescência política do operariado industrial em troca do reconhecimento de alguns de seus

⁵ As políticas compensatórias consistem, precisamente, no conjunto de medidas que objetivam amenizar os desequilíbrios sociais, em suas conseqüências, sem qualquer possibilidade de interferir em sua geração. O sistema previdenciário é, histórica e internacionalmente, o instrumento destinado a abrandar os

direitos civis. Igualmente importante, o preço político pago pela sociedade, em seu conjunto, foi, em dois períodos da história brasileira. No primeiro momento, caracterizou-se a relação entre o poder e o público pela extensão regulada da cidadania; no segundo, pelo recesso da cidadania política, isto é, pelo não reconhecimento do direito ou da capacidade da sociedade governar-se a si próprio. E isto se reflete em todos os níveis, inclusive nas instituições da política social.

A centralização decisória a nível federal e a fragmentação institucional por multiplicação de órgãos geraram uma incapacidade de formular políticas gerais e o bloqueio da participação popular nas decisões do sistema de atendimento para a população. Criaram, na verdade, uma política social excludente e desigual. Os benefícios sociais tornaram-se mercadorias e não bens coletivos e universais disponíveis para todos. (SANTOS,1999)

Esta situação tende a se agravar com a introdução do modelo Neoliberal no Brasil a partir do governo de Fernando Collor de Mello e, principalmente com a sua consolidação, enquanto modelo econômico, nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, cuja principal marca foi a privatização desordenada de várias instituições estatais e a fragmentação das políticas sociais, onde podemos observar a transferência da responsabilidade do Estado em relação a promoção das políticas sociais para a sociedade civil através das chamadas parcerias.

1.3 - A Política Social para a Juventude

O Brasil, ao assinar a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), assumiu um conjunto de compromissos e obrigações voltados para a proteção destes direitos; ou seja, o Estado, a sociedade e a família têm o dever de assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes (Artigo 227 da Constituição Brasileira), e colocá-los a salvo de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.

Ainda que não esteja ao alcance do município superar todas as formas de violação dos direitos de crianças e adolescentes, é seu dever promover uma política de atendimento que os priorize, assegurando seus direitos fundamentais.

Mesmo assim, os governos municipais não enxergam os problemas da juventude de maneira global, costumam oferecer soluções localizadas, sem políticas que assumam um caráter integrador de ações de vários setores da própria prefeitura.

As abordagens mais freqüentes podem ser apresentadas por ações fragmentadas, que estabelecem uma intervenção sem nenhuma articulação entre vários setores da prefeitura, e representados por ações que buscam enfocar problemas mais ligados ao cotidiano familiar, com relação à segurança pública ou educação, onde apenas uma parcela da juventude é vista como público alvo, como os adolescentes de rua e em situação de rua, a questão da gravidez precoce, ou com relação ao uso de drogas.

Outro grande equívoco no processo de construção de políticas públicas para a juventude, é ver os jovens como um problema do qual todos devem se proteger. À juventude é associada ameaças à estabilidade familiar, violência,

drogas, gravidez precoce, depredação, desrespeito, barulho e desordem. E quando o poder público se propõe a oferecer uma resposta, o faz através de ações que buscam suprimir esses problemas como aumentando o policiamento nas escolas, criando programas apenas de informação sobre drogas e sexualidade e monitorando as áreas de diversão e lazer.

Por outro lado, quando o poder público não ver os jovens como os responsáveis pela desordem social, os concebe como uma parcela da sociedade fragilizada, que o Estado deve proteger, criando políticas de proteção que na verdade se restringem aos adolescentes em situação de risco social e não a qualquer adolescente. Porém, contraditoriamente, esse mesmo Estado que é o grande protetor, busca juridicamente livrar-se desse compromisso legalizando as mudanças com relação à maioridade dos jovens⁶.

A visão que se tem da juventude é baseada quase sempre em estereótipos construídos a partir de opiniões com pouca ou quase nenhuma fundamentação científica. Pensa-se a juventude como uma categoria genérica que procura abarcar um grupo social bastante numeroso e complexo.

Na verdade, há uma imprecisão em se falar de juventude como se fosse um conjunto homogêneo. O modo de vida, os problemas e as necessidades dos jovens variam de acordo com o local onde vivem, sexo, faixa etária e classe social. Não há uma juventude, mas sim diferentes juventudes que, do ponto de vista das políticas públicas, necessitam de ações diferenciadas. A maioria dos problemas da juventude identifica-se com os problemas de toda a população, no

⁶ Tramitou na Câmara Federal lei que torna os adolescentes responsáveis pelos seus atos a partir dos 16 anos, que desobrigaria o Estado em relação às obrigações sociais com essa parcela da sociedade. Felizmente tal proposta não foi aprovada pela Câmara Federal devido à mobilização dos grupos que trabalham com a questão da criança e do adolescente.

entanto, existem dois aspectos que fazem a juventude merecer uma atenção particular como sujeito de políticas públicas que são: as especificidades da juventude e a convergência das necessidades. Quando tratamos das especificidades é porque estamos levando em conta que as carências da juventude em relação às políticas públicas são, na verdade diretamente influenciadas por sua condição concreta de vida. Suas demandas são diferenciadas em relação a outras faixas etárias ou possuem manifestações específicas. E quando trabalhamos a questão da convergência das necessidades é porque estamos considerando a juventude como um momento em que se combinam várias necessidades particulares como, por exemplo, a busca de socialização, afirmação de gênero, entrada no mercado de trabalho como também o início do processo para a entrada na vida adulta (Sposito, 1994).

Como citamos anteriormente, o poder público deve pensar as políticas públicas de forma intersetorial, pois a juventude enquanto público alvo dessas políticas não pode ser vista de forma fragmentada, e sim na sua totalidade.

Uma política pública destinada à juventude deve considerar, por princípio, que esta é uma temática de caráter intersetorial, que cruza transversalmente várias políticas municipais, e como é voltada para os jovens, deve levar em conta que a juventude é constituída por públicos específicos com algumas características comuns entre si.

Por conta desse caráter multisetorial, a abrangência de uma política municipal para a juventude pode variar em função das necessidades e possibilidades de cada município. É importante identificar as principais demandas e carências e desenhar um conjunto de ações que possam ser desenvolvidas de forma integrada.

As políticas devem ser pensadas exclusivamente para atender às carências básicas, ou seja, que garantam um mínimo de dignidade no processo de desenvolvimento dos jovens como acesso a uma escola de boa qualidade onde ele possa ter condições de competir no mercado de trabalho, programas de formação profissional, acesso ao lazer e a cultura, bom atendimento médico, além de programas de assistência à família. Devem ser consideradas indispensáveis por construírem um patamar mínimo de sociabilidade e condições de vida para que outras ações possam ser empreendidas.

Observamos, portanto, que não adianta os governos municipais pensarem as políticas públicas para a juventude e continuar considerando apenas o público alvo dessas políticas. Não adianta pensar as políticas sem buscar entender as verdadeiras necessidades dos jovens. Faz-se necessário tornar os jovens sujeitos dessas políticas, participantes ativos de seu desenho e implementação. Nessa visão, os jovens tornam-se parceiros e interlocutores do governo municipal, realizando ações conjuntas da política municipal de juventude.

Dentro desse processo histórico das políticas sociais no cenário brasileiro, podemos perceber que a preocupação do Estado com a situação dos jovens, assim como a aceitação de sua especificidade enquanto grupo etário que deve ser motivo de ações particulares, também de políticas coerentes e integradas, é muito recente, ocorrendo apenas no final da década de 1980 e início da década de 1990 do século XX.

Uma das mais importantes intervenções do Estado se deu com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Porém, é fundamental entendermos quais as questões centrais que levaram a sua formulação.

Inicialmente, o Estado tinha uma legislação voltada unicamente para a criança e o adolescente em situação de abandono e/ou infrator. Em 1927, criou-se o primeiro Código de Menores, mas conhecido como Código Mello Mattos que tinha como objetivo aplicar medidas corretivas às crianças e aos adolescentes que estivessem em estado de abandono, ou que cometessem atos infracionais. A estes eram aplicadas medidas punitivas com objetivos “educacionais”. Entendemos que neste período como em outros na história das políticas sociais no Brasil, essas medidas não tinham, de fato, nenhum caráter educativo, uma vez que os adolescentes tinham os seus direitos sociais básicos negligenciados. Em 1941, o Estado criou o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), subordinado ao Ministério da Justiça, para prevenir a criminalidade. O SAM tinha como objetivo sistematizar e orientar os serviços de assistência aos “menores *abandonados e delinqüentes* internados” em estabelecimentos oficiais e particulares (Silva, 1993). Outra função do SAM era garantir abrigo aos menores em caráter provisório, deixando-os à disposição do juiz de menores e posteriormente encaminhá-los após investigação social, exames médicos e psicopedagógicos, aos estabelecimentos adequados.

Em 1945, algumas alterações foram realizadas em alguns artigos do Código de Menores de 1927, pois, de acordo com o Código Penal brasileiro, não poderiam mais ser responsabilizados os menores de 18 anos por qualquer ato que viessem a cometer e estes não mais seriam denominados de delinqüentes, sendo a partir de então reconhecidos como menores infratores.

Em 1963, através da lei n.º 4513, em plena ditadura militar, extinguiu-se o SAM e cria-se a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor. A FUNABEM herdou do SAM péssimas condições estruturais, com instalações precárias, ensino deficiente, sem qualquer tipo de orientação pedagógica.

No momento de sua criação, a FUNABEM ressaltava que a família era a responsável no processo de abandono das crianças e dos adolescentes. Não se levando em conta os determinantes sociais, econômicos e políticos que contribuía de forma destruidora no que se refere à negação ao acesso dos direitos fundamentais dessas crianças e adolescentes como também de suas famílias. O que acontecia era uma rotulação das crianças e dos adolescentes atendidos nesses espaços institucionais sendo, inclusive, consideradas anti-sociais (aqueles que cometiam atos infracionais) e carentes (aqueles que estavam em situação de abandono) e, portanto, deveriam ser tratados e atendidos de forma diferenciada das demais crianças e adolescentes filhos da classe abastada.

A FUNABEM implementou no país um sistema de internato para menores através das Fundações Estaduais (FEBEMs- Fundação Estadual do Bem Estar do Menor). A política de bem-estar do menor, criada no e pelo regime militar, que tinha como base política a ideologia da segurança nacional, não mudou em nada esta realidade em relação ao período da criação do SAM, pois os internatos funcionavam como prisões de meninos e meninas. Seguindo o modelo funcionalista a FUNABEM concebia a sociedade como um corpo humano que precisava estar em harmonia constante, tendo criado, neste sentido, uma modalidade de instituições totais, para tratamento dos menores desviantes. Estes, uma vez na condição de internos, eram vistos como doentes, perigosos e inadaptados (Bazílio, 1985).

Em substituição à legislação que regulamentou a assistência, a proteção e a vigilância dispensada aos menores pelo Estado Brasileiro durante mais de meio século, no Ano Internacional da Criança (1979), o governo expediu a lei nº 6.697, de 10 de outubro, instituindo o novo Código de Menores, elaborado pelo

Congresso Nacional. Esse Código, de acordo com o governo da época, consolidaria as leis de assistência e proteção dos menores, acrescentado medidas necessárias para garantir a guarda, a tutela, a vigilância, a educação, a preservação e a reformação harmônica.

Na década de 1980, período que corresponde à democratização do país, houve uma forte articulação de diferentes segmentos da sociedade em defesa da criança e do adolescente, tendo com referência o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR. Segundo Irene Rizzini e Francisco Pilloti, o amplo processo de mobilização social constituiu terreno necessário para a conjugação das forças que se criaram em torno da causa da criança em geral, e da reformulação de legislação em particular.

“Nos anos 80, vivemos a experiência de ver expressa a indignação popular, aliada à visibilidade de exercer pressão para mudança. Em relação à criança, foi, porém, revelada pela primeira vez, de forma tão explícita, a opção de diversos segmentos da sociedade. Não se tinha noção, nem conhecimento, de que eram tantas as instituições públicas e privadas destinadas à assistência à infância no país e tantos indivíduos predispostos a compor um movimento de expressão” (1995, p.166).

Deste movimento social resultou o Artigo 227 da Constituição de 1988. Neste artigo fica definido que: é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Neste sentido, tendo como objetivo regulamentar um direito constitucional e consolidar uma política nacional de proteção à infância e

juventude, é criada a lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990, que dá origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente, sancionada pelo Presidente da República em 12 de outubro de 1990.

Cada vez mais se reconhece o direito de todos disporem de uma juventude gratificante e útil, na qual os indivíduos possam fazer frente aos desafios psicossociais próprios desta etapa vital, ao mesmo tempo em que ampliam suas oportunidades de futuro. Não é de espantar, portanto, a emergência, em múltiplos países, de programas sociais especificamente dirigidos aos jovens de menos recursos e a proposição de medidas legislativas a seu favor, ou a criação de certa instituição pública/particular. Estas ações podem ser entendidas como respostas diferentes dos Estados frente a uma preocupação crescente das sociedades no que diz respeito ao presente, e ao futuro na juventude em geral e, particularmente da juventude em situação de pobreza. Nesta preocupação, que possui diversas origens, destaca-se tanto o desejo de evitar a massificação, o aprofundamento de comportamentos “daninhos” para os próprios jovens e para a comunidade, assim como a busca do desenvolvimento de suas plenas potencialidades com os seus conseqüentes benefícios individuais e coletivos.

É papel dos municípios assegurar esses direitos através da elaboração e implementação de políticas públicas que assegurem os direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda que não esteja ao alcance do município superar todas as formas de violação dos direitos de crianças e adolescentes, é seu dever promover uma política de atendimento que os priorize, assegurando seus direitos fundamentais.

Concretamente isto significa, por um lado, que crianças e adolescentes devem ser os primeiros a receber proteção e socorro e os primeiros a serem

atendidos nos serviços públicos. Por outro lado, significa também que devem receber atenção privilegiada dos formuladores e executores de políticas públicas, e que as políticas nesta área devem ser as principais destinatárias de recursos. Mesmo assim, os governos municipais não enxergam os problemas da juventude de maneira global, costumam oferecer soluções localizadas, sem políticas que assumam um caráter integrador de ações de vários setores da própria prefeitura.

Observamos ainda que não adianta propor apenas a municipalização, conforme preconiza a Constituição de 1988, das políticas para a juventude como condição de aproximar a política a seus destinatários. Faz-se necessário a transferência de recursos por parte dos governos estaduais e federal. Importante ainda é considerar o protagonismo juvenil como o elemento fundamental no processo de construção e execução dessas políticas.

O conceito de protagonismo juvenil⁷ foi forjado após o final da década de 1980 e durante a década de 1990 necessitando de uma ponderação. Trata-se de um novo modelo político pedagógico cujas ações têm por atores os próprios jovens.

No entanto, esse conceito merece uma crítica. Segundo Lulianelli (2003), a perspectiva progressista compreende protagonismo-vanguardismo da juventude como a característica que a torna elite geradora da mudança, da transformação. Ela é a cabeça pensante do processo de transformação da sociedade. Na ótica conservadora esse vanguardismo-protagonismo refere-se aos empreendedores isolados, capazes de motivar por meio da ação geradora

⁷ Ver a esse respeito: Lulianelli, Jorge Atilio. Juventude: construindo Processos - o protagonismo juvenil in: Fraga, Paulo Cesar Pontes & Lulianelli, Jorge Atilio Silva (org.) Jovens em tempo real, Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

que iniciam. Os empreendedores impelem os outros aliados às suas iniciativas e propostas. Em ambos os casos, o conceito de protagonismo concorda com a origem cênica: ator principal, aquele que tem o papel mais importante na peça, com o qual os demais contracenam numa situação de subordinação, ou com uma diretividade apontada para ele. Nesse caso, o protagonismo juvenil é o desempenho dirigido por esse papel fundamental que explica o sentido da peça. Não há como compreender a peça sem a função central desse autor.

O protagonismo juvenil a que estamos nos referindo é aquele defendido por Lulianelli. Ele tem outra propriedade. Primeiramente, trata-se de ações juvenis coletivas e participantes -nelas se constroem a autonomia dos participantes e o envolvimento da coletividade em ação. Este modelo de ação, por conseguinte, não supõe um mecanismo de geração de lideranças individuais, indivíduos líderes (elites), mas a geração de participação e cooperação social. Propriamente, protagonismo é um modelo pedagógico político de ação. É uma ação educativa que relaciona jovens e educadores - ou somente jovens- na construção de um processo de intervenção sociocultural.

É a partir desse protagonismo que iremos entender as verdadeiras necessidades dos jovens. Assim, é imprescindível tornar os jovens sujeitos dessas políticas, participantes ativos de seu desenho e implementação. Sob essa ótica, os jovens tornam-se parceiros e interlocutores do poder público, realizando ações conjuntas nas diferentes fases do processo de formulação e implementação dessas políticas. É nessa perspectiva que se revela a importância deste estudo que tem como objetivo analisar a percepção dos jovens sobre o mercado de trabalho e as políticas públicas de preparação e inserção nesse mercado destinadas a esse segmento da população. A seguir, discutiremos o Programa Agente Jovem- desenvolvido pelo Governo Federal

que atinge jovens das favelas de Praia da Rosa e Sapucaia na Ilha do Governador- Rio de Janeiro.

1.4. Projeto Agente Jovem

O projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é uma ação da Secretaria de Estado de Assistência Social, criado em janeiro de 1999, que tem como objetivo definir uma proposta de intervenção para jovens de 15 a 17 anos em situação de risco e vulnerabilidade social oriundo de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Esta ação pretende garantir a permanência do jovem no sistema escolar e proporcionar-lhe experiência que o prepare para futuras inserções no mercado de trabalho.

Estão ainda entre os objetivos do projeto: a) buscar atender a promoção do jovem junto à família; b) desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil; c) preparar o jovem para trabalhar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; d) contribuir no processo de combate a violência, ao uso de drogas, gravidez indesejada.

O projeto Agente Jovem faz parte do Plano Nacional de Segurança Pública desenvolvido pelo governo federal, sendo este governo responsável pelo apoio técnico e financeiro; o governo estadual, pela coordenação e acompanhamento, e o governo municipal pela execução do mesmo.

Os jovens que terão prioridade no atendimento dentro do Projeto Agente Jovem são aqueles que além de preencherem os pré-requisitos citados acima, estejam fora da escola, sejam egressos de programas sociais (como por exemplo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI), os que

cumpriram ou estão cumprindo medidas sócio-educativas (os egressos ou em liberdade assistida).

Estes jovens participam de grupos de trabalho, com até 25 jovens, coordenados por um orientador social e um instrutor. Os jovens recebem mensalmente uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 65,00(sessenta e cinco reais). Porém, este valor raramente é pago pela prefeitura responsável pelo desenvolvimento do projeto mensalmente, ficando os jovens até 5 meses sem receber a bolsa - auxílio, pois para que o pagamento seja efetuado pelo governo federal para as prefeituras e repassados para os jovens, é necessário que os municípios cumpram todas as normas previamente estabelecidas pelo programa, como por exemplo, a definição de um espaço físico permanente para a realização dos trabalhos.

O Projeto Agente Jovem baseia-se na metodologia de capacitação teórico-prática, com duração de doze meses, sendo que a capacitação teórica tem duração de 300 horas/aulas e a parte prática é a atuação permanente do jovem na sua comunidade.

A capacitação teórica é composta por dois núcleos complementares:

- 1- Núcleo Básico - compreende a abordagem de temas que despertem a auto-estima do jovem, o protagonismo juvenil, contribuindo para que estes jovens percebam seu poder de transformação. O conteúdo trabalhado deverá abordar temas que busquem estimular o jovem na construção de um projeto pessoal;
- 2- Núcleo Específico - Neste momento o jovem irá ser capacitado para trabalhar em sua comunidade, desenvolvendo ações nas áreas de saúde, cidadania e meio ambiente.

O objetivo dos núcleos é fazer com que a atuação do jovem contribua para a melhoria dos indicadores sociais locais.

O projeto será monitorado e avaliado através de visitas aos locais de desenvolvimento do projeto por representantes das esferas Federal, Estadual e Municipal; coleta de dados de forma sistematizada; criação de um banco de dados do processo e dos resultados do projeto; reuniões de avaliação, no mínimo mensais, envolvendo os jovens, os gestores e os familiares; e constituição de uma linha de base, isto é, perceber como o jovem inicia o projeto para no final avaliar o que mudou.

Infelizmente, podemos perceber que as “regras” para inserção desses jovens no projeto são na sua maioria excludentes, pois é exigido que o jovem esteja inserido no contexto familiar para poder participar dos programas e, como é sabido, muitos jovens, que deveriam de fato estar inseridos nos projetos sociais, como é o caso do Agente Jovem, perderam os seus vínculos familiares e têm nos traficantes, o seu referencial de família.

Outro ponto que consideramos equivocado na execução do projeto se refere ao momento em que o jovem irá desenvolver atividades nas suas comunidades, pois os traficantes muitas vezes não permitem a ação prática.

A permanência do jovem no projeto é outro elemento que precisa ser pensando pois, na maioria das vezes, as discussões e trabalhos em grupo não conseguem consolidar nesses meninos e meninas a importância de sua participação, além claro, do total descompromisso em relação ao pagamento regular da bolsa-auxílio que, muitas vezes, é a única fonte de renda de uma família, funcionando como um incentivo à participação. Com a incerteza do pagamento, alguns jovens irão se tornar presa fácil para os narcotraficantes.

Por outro lado, a questão da preparação e inserção no mercado de trabalho é uma questão secundarizada não possibilitando a abertura de horizontes para esses jovens.

Dado o desinteresse dos jovens pelo programa, faz-se necessária uma reflexão sobre o significado da juventude para um redirecionamento das políticas públicas destinadas a esse segmento da população.

CAPÍTULO II

JUVENTUDE:

O SEU PAPEL SOCIAL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DO TRABALHO

2.1 - Juventude: Qual o seu real significado?

Segundo Luís Groppo (2000) , juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para justificar uma série de comportamentos e atitudes a eles atribuídos. Trata-se não apenas de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importante influência nas sociedades modernas.

Esse autor aponta duas referências para definir a categoria juventude: o critério etário e o critério sócio-cultural. O critério etário – que delimita a juventude de acordo com as faixas de idade – está sempre presente, expresso ou subjacente, como base prévia de uma definição de juventude. Mesmo negado, dificilmente chega-se a outra definição real. Groppo (op. cit) adota o critério sócio-cultural, pois entende que é o sistema sócio-cultural e econômico que determina o início, o final e os períodos de transição de cada fase da vida humana.

Sposito (1994) constrói um conceito de juventude considerando tanto o critério etário como o sócio-econômico. Esta autora, no livro intitulado: Sociabilidade Juvenil e a Rua, afirma que a juventude é um momento da vida traduzido pelo intervalo entre a posse de condições de reprodução biológica e de reprodução social e o reconhecimento por parte da sociedade de sua habilitação plena para o desempenho dessas atividades na vida adulta. Para ela, a caracterização do jovem deve ser traçada sob o ponto de vista relacional, ou

seja, a partir de uma forma peculiar de relação que ele mantém com o mundo adulto e, conseqüentemente, de sua busca de distância do universo infantil.

A categoria social juventude, segundo Groppo (op. cit), tem uma importância crucial para a compreensão de diversas características das sociedades modernas, o funcionamento delas e suas transformações. Para entendermos o papel dessa categoria no processo de organização da sociedade moderna, basta percebermos as metamorfoses ocorridas na arte-cultura, no lazer, no mercado de consumo, na forma como se estabelecem as relações cotidianas e no processo de organização da política não-institucional.

A juventude também é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muitas diversidades na realidade cotidiana devido à sua combinação com outras situações sociais como, por exemplo, a de classe ou estrato social, e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e gênero.

Historicamente, a juventude foi vivida inicialmente pelas classes burguesas e aristocráticas, para depois se tornar um direito das classes trabalhadoras. Já a juventude típica do século XX, a juventude dita "rebelde-sem-causa", radical ou delinqüente, tem sua imagem formada no jovem das chamadas "novas classes médias". À juventude ideal e primitivamente construída - urbana, ocidental, branca e masculina - outras vieram juntar-se - rurais, não-ocidentais, negras, amarelas, mestiças, femininas, etc. São outras juventudes que construíram para si representações e relações sociais concretas, distintas, em diversos graus, do padrão considerado ideal ou típico da juventude da época.

Outro aspecto trabalhado por Groppo (op,cit.) que merece ser retomado para entendermos juventude enquanto categoria social, é a visão gerencial, isto

é, considerarmos alguns elementos como a autonomia em relação aos laços estabelecidos com a família, e a transitoriedade como essenciais no processo de redefinição e estruturação da sociabilidade juvenil.

Na juventude, os laços familiares tendem a se tornar mais difusos ao lado da inserção mais forte em outras instituições que pode, muitas vezes, repercutir no próprio padrão socializador desenvolvido pelo grupo familiar de origem.

No Brasil, a juventude teve historicamente um importante papel no processo de organização da sociedade. Segundo Helena Abramo (1997), a população jovem vem sofrendo diretamente as conseqüências das mudanças econômicas e sociais ocorridas no país nos últimos 30 anos. Devido às alterações econômicas, os jovens são pressionados a antecipar a sua fase adulta, assumindo algumas obrigações prematuramente; com isso os seus sonhos são esquecidos, perdem a crença em um futuro de vitórias. Esses elementos contribuem e determinam a participação do jovem na formação social, cultural e política do país.

O reflexo dessas mudanças econômicas vem contribuindo de várias formas na formação da sociedade brasileira. Entre as décadas de 1930 e 1970, a juventude estudantil teve fundamental importância no processo de democratização do país e no combate às estruturas conservadoras (ABRAMO, 1997). A juventude tem papel fundamental no processo de mudança pelo qual o país vem passando, seja na forma da rebeldia, marca dos anos 1950; seja pela intervenção política nos anos 1960/1970; seja pela apatia crônica marcada pelo individualismo, perdendo, inclusive, o interesse pelos assuntos públicos nos anos de 1980. Nos anos 90, a visibilidade social dos jovens muda um pouco em relação aos anos 1980, já não é mais a apatia e a desmobilização que chamam a

atenção, muito pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais ou coletivas que irão compor o cenário dos anos 90. Porém, a juventude dos anos 90 ainda terá o individualismo dos anos 80 como forma de expressão.

Como fruto de uma situação crônica, como falência das instituições de socialização, da profunda cisão entre integrados e excluídos, de uma cultura que estimula o hedonismo e leva a um extremo individualismo, os jovens aparecem como vítimas e promotores de uma dissolução social.

Nos anos 90 as figuras juvenis mais em evidência são os jovens pobres que aparecem nas ruas, divididos entre o hedonismo e a violência: meninos de rua, jovens infratores, gangues, galeras, tribos, e, principalmente, jovens envolvidos com o tráfico, matando e morrendo muito cedo, são umas das situações mais constantes nessa década.

Esses jovens se transformam para a sociedade em objeto de compaixão, onde a mesma busca esforços para denunciar a lógica que os constrói como vítimas de ações para salvá-los dessa situação. (ABRAMO, 1997)

No Brasil, as esferas de socialização, oriundas da precoce inserção no mercado de trabalho, penetram e podem influenciar a condição do jovem e interferir, tanto na dinâmica familiar quanto na relação que ele estabelece com o mundo escolar.

Na maioria das vezes, a inserção no mercado de trabalho é resultado da pressão exercida pela família, tanto para melhorar o nível de subsistência do grupo familiar quanto para ocupar o tempo ocioso do adolescente ou do jovem. Outra forma de inserção no mercado pode ser pela via do consumo, ou seja, muitas vezes o desejo do jovem pelo trabalho é simplesmente para suprir as suas necessidades juvenis.

Já o processo de socialização via escola produz um novo conjunto de relações marcadas pelo aspecto tenso e descontínuo. Isto é, a realidade da escola hoje não responde às aspirações juvenis, que não percebem a escola como possibilidade de ascensão social e melhoria das condições de vida, como imaginavam a geração anterior.

Portanto, a escola, devido à sua incapacidade em atender às aspirações dos jovens, tende a ocupar um espaço menor no âmbito da socialização sendo, inclusive, incapaz de estruturar relações sociais duradouras e significativas com esse segmento da população.

Neste tecido das instituições que recobrem as formas de sociabilidade juvenil, de sua mudança e crise, adquirem um relevo fundamental as dimensões socializadoras do mundo da rua.

Por outro lado, podemos observar que jovens pertencentes a uma classe social ou etnia marginalizada podem criar uma identidade juvenil calcada no reconhecimento e até na explicitação de sua diferença, num gesto inesperado diante do processo que gerou o direito à juventude mais tardiamente para as classes populares e etnias marginalizadas.

Groppo (op.cit.) afirma que essa forma de organização em grupos é um traço marcante no processo de construção das relações juvenis, inclusive nos casos em que há coincidência étnica, de classe, gênero e localidade, como por exemplo, o movimento HIP HOP e o *Funk*.

A disseminação dos grupos de Hip Hop e *Funk* enquanto movimentos culturais tem se colocado como alternativa importante para os jovens das camadas mais empobrecidas da sociedade em relação aos apelos do tráfico de drogas. A popularidade alcançada por essas práticas chama a atenção para dois aspectos importantes das práticas culturais e da sociedade no espaço urbano

das grandes cidades. De um lado, é preciso considerar que essas ações nascem no âmbito das grandes cidades que tendem a produzir processos de perda das referências tradicionais na construção de identidade. Se há desestruturação de algumas das experiências citadinas pela atomização das práticas simbólicas e declínio de alguns centros comuns de consumo como cinema e teatro, os grupos e bandos juvenis compensam a atomização e a desagregação das grandes urbes oferecendo a possibilidade de pertencimento aos grupos (Alvim,2001).

Os bandos juvenis levam até à exasperação os enfrentamentos interculturais, as disputas pelos territórios e seus controle sócio-políticos. Eles atestam a multiplicidade irreduzível de linguagens e estilos de vida, de estratégias de sobrevivência e de comunicação nas grandes cidades.

São esses jovens os mais atingidos pelos efeitos da degradação social. Reiteradamente eles ocupam as páginas dos jornais e atraem, não em razão de seu cotidiano, mas sim em razão do quadro sinistro de vida, que supostamente levariam sob forma de uma organização própria: as gangues.

Alvim (op. cit.) considera as gangues como um fenômeno que diz respeito às formas e organização dos jovens das classes populares. Estes jovens recorrentemente aparecem como uma categoria fluída que engloba, a seu respeito, várias imagens que vão desde o rapaz regenerado até o jovem arruaceiro.

As gangues são difundidas pela mídia por meio da associação entre jovens e modos de sociabilidade violentos. Segundo Alvim (op cit.), o fenômeno da proliferação das gangues na América Latina também estaria associada à abertura do regime político na América Central e ao Acordo de Livre Comércio

(Nafta) entre México, Estados Unidos e Canadá, que abriu as fronteiras para o fluxo de bens legais e ilegais como também para o tráfico de drogas.

No Brasil, as gangues são representadas pelos grupos organizados, oriundos das periferias e favelas construindo com isso um encadeamento de idéias preconcebidas sobre seus integrantes ligadas aos espaços de moradia. Já os grupos de classe média, que moram em espaços privilegiados dos grandes centros, são vistos como grupos de lutadores, ou seja, são percebidos e legitimados como hierarquicamente diferentes e superiores.

Para Alvim (op. cit), um exemplo da organização das gangues no Brasil foi o fenômeno arrastão ocorrido em 1992 em pleno verão carioca. O arrastão, segundo os jornais cariocas, foi resultado de uma briga entre galeras rivais de jovens suburbanos, freqüentadores de bailes *funks*, que "escolheram" as areias entre Copacabana e Arpoador como palco do confronto.

A mídia caracterizou o arrastão como uma guerra promovida pelos funkeiros de plantão. Essas guerras eram ensaiadas em seus territórios de moradia e praticadas contra outros grupos, no caso do Rio de Janeiro, os banhistas da Zona Sul. Para Alvim (op.cit.), os verões escaldantes passaram a tornar público o que era vivido de maneira velada na cidade: a segregação espacial, racial e social.

A diferença de cor, posição social, gosto e temperamento podem desordenar o fluxo entre uma área e outra, e precipitar atritos entre grupos articulados a diferentes malhas territoriais.

Em bairros caracterizados pelos altos índices de violência, os jovens integrantes dos grupos, que estão nos “pedaços”⁸, nas esquinas das ruas, são confundidos com marginais e, portanto, submetidos à violência policial ou de justiceiros.

Junto a essas questões temos os altos índices de desemprego que atinge a população jovem no Brasil. Segundo reportagem do jornal o Globo de 08 de dezembro de 2002, o número de jovens inseridos no mercado de trabalho, via emprego formal, na cidade do Rio de Janeiro, não passa de 1,1% do total da população ativa do Estado. Portanto é possível entender porque temos um grande contingente de jovens nas favelas que buscam no narcotráfico possibilidades de sobrevivência.

Segundo dados do IBISS - Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social-, na cidade do Rio de Janeiro, temos aproximadamente 12.527 crianças e jovens na faixa etária de 8 a 18 anos. Dentro desse universo, segundo dados da pesquisa, 5.773 são jovens com idade entre 15 e 17 anos que desempenham uma função no tráfico em aproximadamente 232 favelas da cidade do Rio de Janeiro (O GLOBO,08/12/2002).

No livro “Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro”, Luke Dowdney (2003), diz que a dominação por parte das facções, a pobreza, a falta de acesso ao mercado de trabalho formal e a aceitação do trabalho no tráfico como algo normal são os elementos que contribuem para a inserção, cada vez, maior dos jovens no tráfico de drogas.

⁸ Espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (Magnani,1996).

As considerações feitas sobre a juventude no Brasil, especialmente sobre a juventude pobre, revelam cotidianamente que seu direito de ser apenas jovem tem sido usurpado devido à necessidade de contribuir com a renda familiar, por um lado, como também pelo desejo de consumir e andar na moda, típico da sua faixa etária. Esse jovem, quando não é absorvido pelo mercado de trabalho, nem por projetos sociais de assistência e preparação para o trabalho, cria alternativas tornando-se presa fácil para os traficantes de drogas.

2.2 - Juventude e a Categoria Trabalho

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que podemos afirmar que a “classe-que-vive-do-trabalho” sofreu a mais aguda crise do século XX, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (Antunes, 2000)

A produção em massa e em série são substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. A “gestão participativa”, a busca de “qualidade total”, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro mundo industrializado (exemplo, o Brasil). Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são

flexibilizados de modo a dotar o capital do instrumento necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminuem ou mesclam-se, dependendo da intensidade, o despotismo Taylorista pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias (Antunes, 2000).

Como resultado desse processo, temos altos níveis de desemprego estrutural e retrocesso da ação sindical. O individualismo exacerbado encontrou também condições sociais favoráveis entre tantas outras conseqüências negativas.

O Toyotismo ou o modelo japonês foi o modelo que maior impacto causou, tanto pela revolução técnica que operou na indústria japonesa quanto pela potencialidade de propagação que alguns pontos básicos desse modelo que vem sendo expandido, atingindo hoje uma escala mundial (Antunes, 2000).

Como herança dessas novas formas de organização da economia mundial, temos, no final do século XX e início do século XXI, um processo crescente de substituição dos trabalhadores por máquinas em todos os países incluindo os subdesenvolvidos onde, em determinado momento, as grandes corporações haviam feito uma ofensiva de investimento econômico visando a reduzir custos com a utilização de mão - de - obra barata gerando menos postos de trabalho. A continuidade da competição acirrada levou à implementação de novas tecnologias economizadoras de uma mão de obra mais geral vindo significar, como produto, poucos empregos para uma nova elite de trabalhadores.

As modificações tecnológicas colocaram um novo contexto, exigindo inovações organizacionais onde o binômio fordismo e taylorismo está sendo

desmontado por outras modalidades de processos produtivos com a introdução de outros componentes que vieram dar uma nova performance ao trabalho. Entre estes componentes, a flexibilização do aparato produtivo ao mudar a relação homem x máquina já não-vinculado a uma linha de montagem tipo fordista, mas fundada em novas vivências como a do trabalho “em equipe”, conclamando ao envolvimento com o ideário da empresa.

A terceirização, como parte da descentralização da produção, que hoje envolve porções significativas do trabalho, muitas vezes o mais desqualificado, traz consigo a desproteção ocupacional, o aumento brutal da insegurança e da precariedade das relações trabalhistas.

Sem dúvida, o novo padrão de desenvolvimento gerado pela chamada 3ª revolução industrial provocou uma enorme crise na medida que exigiu a modernização do trabalho sob pena de se tornar obsoleto e, no seu bojo, a eliminação e/ou a substituição de uma série de setores que participavam do processo produtivo; entre eles, a substituição da classe operária, com níveis importantes de organização, por indivíduos que se propõem a ocupar empregos precários, sendo chamados de operários de ocasião, que viabilizam a institucionalização do trabalho temporário.

Também os índices relativos ao emprego a tempo parcial podem demonstrar a fragilização do trabalho. Eles podem, dependendo da realidade de maior ou menor desenvolvimento de cada país, ter outros significados vinculados à diminuição das jornadas de trabalho sem redução da qualidade de vida. Tudo isso veio modificar substantivamente as características e o peso do trabalho, tanto em termos numéricos quanto em termos da qualidade de seus processos, causando uma verdadeira metamorfose em seu mundo e condicionando o seu declínio.

Para muitos trabalhadores, as tecnologias de rápida evolução colocaram outros tipos de demandas de formação e qualificação em constante mutação em que conhecimentos e habilidades apreendidas nas escolas rapidamente tornaram-se inúteis ou não se constituem passaporte para entrada no mercado de trabalho.

Esta preocupação, muitas vezes, é traduzida numa transferência ao trabalhador da responsabilidade de sua contínua capacitação. Há, no entanto, um descompasso entre os níveis de escolarização e qualificação que são atingidos dentro dessa necessidade de formação para aumentar a possibilidade de competir no mercado e sua utilização no cotidiano do trabalho.

A escola hoje não oferece mecanismos que possibilitem uma formação que favoreça o acesso ao mercado de trabalho com qualidade, além, claro, de não ser mais um espaço privilegiado que oferece atrativos para a juventude.

Historicamente, a escola, enquanto instituição central do projeto societário da burguesia, apresentava-se como um espaço para a formação social e cultural de todos que nela fossem inseridos. Porém, é preciso ressaltar que esse modelo de escola não é, infelizmente, para todos. No Brasil, por exemplo, a escola que a classe trabalhadora tem acesso é outra, uma escola do trabalho precário ou que prepara para o duro trabalho, que continua garantindo a histórica exploração do capital pelo trabalho. Segundo Frigotto (1999), do mesmo modo que temos uma sociedade dual, temos uma escola dual. Além disso, até hoje, em países de capitalismo periférico, como o Brasil, o direito da escola básica é ainda muito restrito.

Por outro lado, a herança econômica, social e cultural advinda da vivência dos processos de trabalho formal assalariado em nosso país aponta mais para um déficit do que para saldo a ser usufruído. A "crise" nos pilhou vivendo um

processo de conquistas sociais básicas num plano bem mais elementar de direitos advindos do trabalho e de cidadania como um todo. Estas diferenças de “estoque de direitos” trazem questões distintas que marcam diferentemente os processos de formação identitária em cada realidade e vão colocar as dimensões da crise do emprego em cada formação social.

No caso dos países do terceiro mundo, a valorização do trabalho e, principalmente, do assalariado permanente estava mais relacionada, para a maioria de sua população, à uma hipótese da escassez; ou seja, que as prioridades dadas pelos indivíduos ao expressar, mesmo que não linearmente o seu entorno socioeconômico, tendem a mostrar um valor subjetivo às coisas que escasseiam (Quiroga, 2001).

Essa referência do trabalho assalariado, seja produto de vivências reais de determinados setores sociais seja fruto de idealização produzida por sua escassez e/ou ainda resultado de “manipulação ideológica”, acompanhou e acompanha a trajetória de desenvolvimento da sociedade moderna não apenas nos países onde foi expressivo o assalariamento. Foi e, ainda continua sendo, bastante forte em países como o Brasil onde, sem dúvida, o trabalho assalariado, com as características que chegou a ter nos países de economias avançadas, envolveu apenas uma parcela reduzida da população trabalhadora.

A continuidade da referência do trabalho e, mais especificamente, do trabalho assalariado, parece estar pouco vinculado à sua existência real ou, pelo menos, tem dimensões maiores do que a sua realidade concreta. Permanece como uma dimensão simbólica com estatuto que parece ter ou ganhar “certa autonomia” e que se mantém como parâmetro influente na formação da auto-imagem, identidade pessoal e social da população como um todo, principalmente, a dos jovens.

O emprego, cada vez mais, passa a ter, quando existe, um caráter acidental e provisório, sendo intercalado com extensos períodos de desemprego ou atividades geradoras de alguns ganhos sem vínculos trabalhistas determinados e, na relação com os níveis de escolaridade crescentes, desmistificando a idéia do significado do estudo para a obtenção segura de um posto de trabalho.

Essas metamorfoses do mundo do trabalho tradicional vão lhe dando uma nova performance, “pondo em xeque modos de socialização e formas de integração com base no trabalho, revertendo identidades, filiações, formas de coesão e de solidariedade”. (Castel, 1998 p.15.) Para muitos, o trabalho pode estar vivendo os seus últimos estertores e, muitas vezes, exatamente por isso, o trabalho assalariado permanece “como referência dominante não somente econômica como também psicológica, cultural e simbolicamente” (Castel, 1998 p.18). Continua sendo parâmetro fundamental a partir do qual são avaliadas, reconhecidas e valorizadas as vivências em sociedade, influenciando na formação de identidades pessoais e sociais e fazendo parte, inclusive, do cotidiano das novas gerações.

Nos países periféricos, essas metamorfoses no mundo do trabalho se fazem acompanhar de problemas históricos não superados como a questão da exploração do trabalho de crianças e adolescentes⁹. Segundo informações da

⁹ O processo de exploração do trabalho infanto-juvenil aparece historicamente como uma necessidade do capital, com a inserção desses jovens nas primeiras indústrias da Inglaterra do século XIX através da cumplicidade tanto dos pais, como dos administradores dos abrigos onde as crianças e os adolescentes assistido pelas paróquias residiam. Esses “trabalhadores” eram conhecidos como aprendizes. Esta realidade começa a se transformar a partir das limitações impostas a questão do uso da mão de obra infanto-juvenil. A Inglaterra será a pioneira no processo de regulamentação do trabalho infantil. Não se tratava de acabar a exploração, mas de regulamentar para garantir o aumento da produção, pois o pensamento do capital inglês nesse período, era de que “o trabalho do menor era um mal por vezes necessário, para evitar um mal maior” (Macedo, 1997, p.157).

Organização Internacional do Trabalho (OIT), o uso da mão-de-obra de crianças e adolescentes encontra-se generalizada pelo mundo. Em 1966, existiam 250 milhões de pessoas entre 05 e 14 anos de idade trabalhando em diferentes países do mundo. Destes, 95% concentram-se em países ditos em processo de desenvolvimento (Novaes, 1999). Em 1973, a OIT, em sua convenção 138, já recomendava a instituição de políticas nacionais com vistas à abolição definitiva do trabalho infantil, tendo, inclusive, elevado a idade mínima para 14 anos para ingresso no mercado de trabalho.

Infelizmente, a inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho é vista por uma parcela da sociedade como um benefício e uma alternativa à marginalidade, às drogas e à prostituição. Na realidade, as crianças estão à mercê da exploração do capital porque dele necessitam, pois na sua maioria são oriundas de famílias onde os pais estão desempregados ou subempregados. Portanto, quando analisamos a questão do trabalho de crianças e adolescentes não devemos pensar somente na garantia de seus direitos, temos que ter como princípio mudar as relações societárias de exploração.

Outro elemento fundamental nesse processo de inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho que temos que entender é a presença de projetos sociais de cunho assistencial, que têm como objetivo capacitar para o mundo do trabalho, mas que não garantem os direitos trabalhistas essenciais ao processo de construção de uma cidadania para esse segmento de trabalhadores, sendo essa forma de inserção no mercado formal de trabalho chamado por alguns autores de "trabalho assistido". Para Macedo (1997), esses projetos nada mais são que estratégias da burguesia no processo de construção de sua hegemonia no contexto de reorganização econômica e cultural da sociedade moderna.

Do nosso ponto de vista, os projetos sociais criados para garantir a inserção dos jovens no mercado formal de trabalho muito pouco contribuem para a garantia plena dos direitos sociais, pois os mesmos, na sua maioria, são executados a partir de parcerias que não garantem os direitos trabalhistas desses adolescentes. Portanto, pensamos que esses projetos ainda precisam avançar muito para que sejam entendidos como uma política social universalizante. Constata-se que no bojo desses projetos permanece o perfil da assistência sem contemplar dimensões transformadoras da realidade desses jovens participantes.

Por outro lado, a resposta do Estado através das políticas sociais não se dá de forma inclusiva, na medida que as mesmas são pensadas de forma setorial, ou seja, existe política para a juventude na área da saúde, da educação, do lazer, do trabalho como se essas questões não tivessem uma articulação entre si.

A educação, atualmente, não é pensada como fundamental para o processo de construção de novos sujeitos, de novas identidades, nem tão pouco como um espaço essencial no processo de inserção ao mercado de trabalho, pois se assim o fosse, não teríamos um alto índice de jovens analfabetos, seja pela deficiência no processo de inserção escolar seja pelos altos índices de evasão escolar.

Somando essa questão com o processo de globalização, que vem provocando por um lado o aumento do desemprego estrutural e, por outro, uma maior exigência de qualificação do trabalhador, temos um total descompromisso com essa parcela da sociedade. O projeto do governo de Fernando Henrique Cardoso na área de geração de renda, por exemplo, foi pensado não como uma possibilidade de combater o desemprego estrutural,

pois não cria frentes de trabalho, apenas capacita, de forma fragmentada, a população para esse escasso mercado de trabalho¹⁰.

Com a mudança de governo, o então candidato a presidente durante o período da campanha presidencial e agora presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha como proposta para a juventude a criação do Programa Primeiro Emprego. Este programa tem como objetivo inserir no mercado de trabalho formal os brasileiros entre 16 e 21 anos de idade que estejam fora do mercado de trabalho e em situação de risco social. O projeto tem como meta atender 400 mil jovens por ano a partir de três eixos centrais, assim distribuídos: um direcionado para os recém-formados em atividades na área rural; outro será o Agente Comunitário, onde os jovens atuarão diretamente no Projeto Fome Zero; a terceira frente será na verdade uma ampliação do programa Jovem Aprendiz, espécie de estágio que as empresas dão aos jovens entre 14 e 21 anos. Segundo o Ministro do Trabalho Jacques Wagner, o sucesso do programa depende também da adesão de empresários e organismos internacionais na absorção desses jovens no mercado de trabalho (O Globo, 09 de fevereiro de 2003).

Uma das questões que pretendemos aprofundar nesse estudo é justamente a percepção dos jovens, objeto de nosso estudo, sobre essas políticas para este segmento da população na área do trabalho e especialmente a experiência dos jovens entrevistados no projeto Agente Jovem.

¹⁰ Em 2001, foi investido R\$ 23. 283, 983, 00 milhões no processo de capacitação das famílias das crianças atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.(SEAS/MPAS. 2001). Essas capacitações infelizmente não contribuem muito no processo de mudança para essa parcela da população, pois como podemos falar em capacitação para quem nunca teve acesso a um processo de formação básico, como é o caso de 90% das famílias atendidas pelos programas sociais, como é o caso do PETI. (SEAS, 2002) O projeto de geração de renda não foi pensado como uma alternativa para os jovens entre 15 e 24 anos, pois para que isso se efetivasse seria necessária uma articulação escola - mundo do trabalho, pois o jovem que está fora da escola não tem acesso a esses projetos, que em sua maioria tem a inserção na escola como pré-requisito para participação.

CAPÍTULO III

OS JOVENS DE PRAIA DA ROSA E SAPUCAIA EM PROCESSO DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

3.1. Algumas Considerações sobre as favelas de Praia da Rosa e Sapucaia e sobre o segmento jovem desta população com base no Censo de 1996

Praia da Rosa e Sapucaia estão situadas à margem da Baía de Guanabara, na Ilha do Governador/RJ, tendo passado, em 1996, por um projeto de urbanização planejado através do Programa Bairrinho, versão simplificada do Programa Favela-Bairro da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. O censo realizado pela Escola de Serviço Social/UFRJ¹¹, como etapa preliminar à implantação desse projeto de urbanização, oferece elementos para a caracterização das favelas no que diz respeito aos moradores, domicílios e condições de vida da população destas áreas.

Com 916 domicílios, onde vivem 3318 moradores, estas favelas possuíam, até o início de 1997, 150 palafitas. Praia da Rosa e Sapucaia se constituíram a partir do fluxo migratório que ocorreu no sentido rural urbano. Essa afirmação é corroborada a partir da constatação de que 59% dos moradores referência são provenientes de outros Estados, sendo a maioria (41%) do nordeste. O último censo realizado pela Escola de Serviço Social aponta ainda que 45, 31% dos migrantes moram na favela há mais de 10 anos o que demonstra que a favela não representa um espaço temporário de moradia.

Em relação ao mercado de trabalho, 54% dos moradores economicamente ativos, estão vinculados ao setor formal e 46% ao setor informal, caracterizado sobretudo por atividades de subsistência, evidenciado

as estratégias utilizadas pela população desempregada para sua sobrevivência. No mercado formal de trabalho, 72,4% dos trabalhadores são do sexo masculino, enquanto que 27,6% do sexo feminino. Entre a população ocupada por ramo de atividade, destacam-se serviços domiciliares e de segurança, indústria da construção civil, serviços auxiliares do comércio e da indústria e serviços, serviços de limpeza e conservação, serviços auxiliares de transporte, serviços de reparo e conservação, comércio alternativo, serviços alimentícios em comércio e indústria, atividades domésticas, pesca e outros.

No que concerne às informações referentes à renda individual, a média das pessoas ocupadas nas duas favelas, em 1996, é de 2.16 salários mínimos. Foi ainda verificado em relação à seguridade social que 77,4% dos trabalhadores vinculados ao setor formal da economia são contribuintes do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

Os dados de caracterização das condições de moradia constataram que 80,2% dos domicílios estavam servidos de água encanada, 4,3% utilizavam bica externa, 7,1% usavam a bica do vizinho e 5,8% faziam uso de bica coletiva. Foram ainda identificados 5 tipos de construção: palafitas, casa de alvenaria, casa de madeira, misto de alvenaria e madeira e palafita e alvenaria, sendo que as casas de alvenaria representavam 73,5% das edificações.

Com relação ao fornecimento de luz elétrica, os dados mostram que 71,5% dos domicílios possuíam fornecimento regular/oficial de energia elétrica e 26,6%, apesar de consumirem energia, este consumo se fazia de forma clandestina. Outro dado importante é o destino dado ao lixo nas favelas. Somente 50,8% dos moradores afirmaram colocar o lixo em caixa coletora,

¹¹Dados mais pormenorizados coletados no censo podem ser encontrados: Bastos, M.D.F., Gomes, M.F.C. e Fernandes, L.L. Relatório das atividades desenvolvidas em apoio ao projeto de urbanização das favelas de Praia da Rosa e Sapucaia, dez, 1996

41,6% declararam que o lixo era coletado pelo gari comunitário, mas 13,5% admitiram jogar o lixo na Baía de Guanabara.

O Censo realizado em 1996 nos oferece as primeiras informações para caracterizar jovens de Praia da Rosa e Sapucaia na faixa de 16 a 24 anos. Nesse período foram identificados 632 jovens nessa faixa etária, o que corresponde a 19% da população das duas favelas, sendo 45,3% do sexo feminino e 54,7% do sexo masculino. Do total dos jovens identificados temos 45,6% residindo em Sapucaia e 54,4% em Praia da Rosa. Em relação à escolaridade, 61,4% cursaram apenas até o ensino fundamental, 6,7% cursaram até o ensino médio, 2,1% são analfabetos, 1,4% são semi-analfabetos e 0,2% não se posicionou nesse item. No que diz respeito ao mercado de trabalho, 39,7% dos jovens estão desempregados. Dentre aqueles inseridos no mercado de trabalho 62,7% estão no mercado formal (com carteira assinada) enquanto 37,3% estão desempenhando alguma atividade no mercado informal. A maioria dos jovens que trabalham ganham entre 1 a 2 dois salários mínimos.

Estes dados recolhidos antes da implementação do projeto de urbanização foram modificados devido à construção de mais de 150 moradias com água e outros serviços básicos. É evidente ainda que a abertura de ruas e pavimentação de becos possibilitou uma mudança significativa no que diz respeito ao acesso de serviços e infra-estrutura básica. Deve-se ressaltar no entanto que as precárias condições de vida da população não foram efetivamente modificadas já que a urbanização nessas favelas consistiu basicamente em uma intervenção urbanística. Programas sociais, principalmente os referentes à geração de trabalho e renda que estavam contemplados no escopo do projeto, não foram implementados.

Hoje, às precárias condições de vida da população das favelas somam-se os problemas da violência verificada no cotidiano dos seus moradores que tem sido agravada principalmente a partir dos anos de 1980 não somente nas duas favelas, mas também na cidade como um todo. O crescimento da violência urbana faz aprofundar, no conjunto da sociedade, a discriminação das populações faveladas contribuindo para a intensificação da segregação socioespacial. Principalmente nos últimos vinte anos, em decorrência da intensificação das atividades ligadas ao narcotráfico, as favelas passam por um novo processo de discriminação: seus habitantes, no imaginário das camadas médias altas, são tidos como bandidos. Observa-se também um comportamento arbitrário e ostensivo de agentes dos aparelhos de repressão do Estado (polícia e exército em operações isoladas ou conjugadas no controle do tráfico) o que aumenta ainda mais o risco de vida dos moradores dessas áreas.

Conforme observa Caldeira (2000), as camadas trabalhadoras brasileiras experimentam a violência diariamente, tanto por parte de criminosos quanto da polícia que as transformou em seu alvo principal. A polícia confunde trabalhadores com criminosos, usa de violência contra eles.

A invasão do narcotráfico nas favelas cariocas é um fenômeno recente. Na tentativa de consolidar seu poder junto à população dessas áreas, o narcotráfico utiliza-se da força e persuasão, arregimentando, sobretudo, a população jovem que passam a fazer parte de seu exército (Bastos, Gomes e Fernandes, 1996). O crescimento da violência urbana, e em particular aquela encontrada nas favelas onde o narcotráfico está presente, é decorrente do não enfrentamento da pobreza através de uma política econômica que contemple a distribuição de renda e adoção de políticas sociais estruturantes:

incentivo ao trabalho, promoção de saneamento e de saúde pública, educação intensiva e extensiva.

Os moradores evidenciam o aumento da violência, destacando os constantes tiroteios que envolvem polícia e traficantes e que os atingem freqüentemente com conseqüências fatais. Desta forma, os moradores reconhecem que, embora o objetivo do programa Favela-Bairro seja a eliminação das fronteiras entre a cidade e a favela transformando esta última em Bairro, isto não se verificou, já que essa intervenção se restringiu aos aspectos físicos, não alterando substancialmente as condições de vida da população que se sente ainda mais discriminada com o aumento da violência no interior das favelas.

O narcotráfico nas favelas cariocas se consolidou de tal forma que muitos consideram o problema insolúvel, enquanto as causas permanecem intocadas. As causas seriam o desemprego, a falta de perspectiva de integração no mercado e a exclusão da cidadania. Intervir nessa situação, implica em ações no nível econômico, na reorganização mais justa de nossas estruturas sociais: melhor distribuição de renda, emprego para todos, educação de qualidade acessível a todas as crianças e adolescentes.

Todos os problemas que afetam as favelas se tornam mais agudos no contexto da globalização, por enquanto ela tem aumentado a miséria, tem significado para os países periféricos baixa qualidade de vida para a maioria da população e ampliação do número de pobres em todos os continentes, pois as políticas sociais que amparavam, no passado recente, os menos favorecidos foram colocadas de lado.

“Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social” (Santos, 1999, p.38).

Segundo este autor, é deste modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe de novos meios de produção seja porque lhe escapa a possibilidade de controle.

Com a globalização, todas as formas de sociabilidade perversas que já existem ou estão se gestando, todas as formas de fragmentação social e espacial são aprofundadas.

O crime, o medo da violência e o desrespeito aos direitos de cidadania têm se combinado às transformações urbanas e, nas favelas estudadas estão associados ao processo de urbanização planejada produzindo um novo padrão de segregação espacial. A implementação do Programa Bairro, nos moldes Favela- Bairro, se, de um lado representa avanços no sentido da garantia de alguns direitos sociais; por outro, não pode ser vista de forma isolada da conjuntura econômica e política marcada ainda pela falta de democratização política e por problemas econômicos vivenciados por países periféricos em tempo de globalização.

3.2- Jovens entrevistados em Praia da Rosa e Sapucaia: Trabalho, Escolaridade, Políticas Públicas, Cotidiano e Perspectivas para o Futuro

3.2.1 – Aspectos Metodológicos

Essa pesquisa teve como objetivo analisar os jovens pertencentes aos segmentos mais empobrecidos da população em processo de inserção no mercado de trabalho, discutindo especificamente sua percepção no que diz respeito às políticas públicas voltadas para a preparação e inserção desse segmento da população no mercado de trabalho e especialmente o projeto Agente Jovem. Tomamos como campo empírico os jovens moradores das favelas de Praia da Rosa e Sapucaia. Essa escolha se deu devido à nossa inserção nas duas favelas através de um trabalho de extensão que vem sendo realizado nessas duas favelas, desde 1984, pelo grupo de pesquisa “Favela e Cidadania” da escola de Serviço Social da UFRJ.

Nosso estudo tem um caráter muito mais qualitativo que quantitativo, tomamos uma amostra aleatória para nossas entrevistas no sentido de aprofundar algumas questões que são parte de nosso objeto de pesquisa. Desta forma, estabelecemos alguns critérios para delimitação da nossa amostra. Assim, trabalhamos com 19 jovens com idade entre 16 e 24 anos, sendo 12 do sexo masculino e 7 do sexo feminino, e dividimos em três segmentos: jovens que trabalham, jovens que não trabalham, jovens que participam do projeto Agente Jovem.

A delimitação desta faixa etária deve-se ao fato de entendermos que a inserção e preparação para o mercado, bem como os primeiros obstáculos que se impõem nesse processo ocorrem nesse momento, o que nos possibilitaria uma análise não apenas dos resultados imediatos do Projeto (que atende a faixa etária de 15 a 17 anos e 11 meses), mas também de seus efeitos em médio prazo. As informações obtidas, através das entrevistas, dada a perspectiva qualitativa da pesquisa servem muito mais para ilustrar nossas questões de pesquisa que propriamente comprovar hipóteses.

Quando optamos em realizar um estudo empírico tendo como base os jovens moradores dessas duas favelas, partimos de uma concepção mais ampla tomando esse jovem na sua totalidade, isto é a partir das diferentes dimensões que compõem sua vida social: educação, trabalho, lazer, violência e narcotráfico, mesmo dando uma centralidade à questão do trabalho. Por outro lado, tentamos ainda identificar as particularidades desse segmento da população situado nessas favelas, dado que partimos do suposto que não podemos falar de juventude como um conjunto homogêneo, mas como um segmento cujo modo de vida, os problemas e as necessidades variam de acordo com o local onde vive, sexo, faixa etária e classe social, conforme nos referimos anteriormente. O roteiro da entrevista, em anexo, pretendeu dar conta de todos esses aspectos. Do ponto de vista da nossa análise que privilegia as políticas públicas de preparação e inserção no mercado de trabalho, a identificação dessas particularidades é importante, pois vão demandar ações diferenciadas.

Com isso, não advogamos as teses da cultura da pobreza¹² que entendem os favelados como uma categoria marginal na sociedade. Para nós, conforme nos referimos anteriormente, a maioria das questões da juventude pode ser identificada com os problemas de toda a população.

Por outro lado, dar voz aos jovens, alvo das políticas públicas de preparação e inserção no mercado de trabalho, deve-se à nossa crença no protagonismo juvenil e na concepção de que a política social se movimenta a partir de condições objetivas e subjetivas, pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição dessa política.

¹² Ver a esse respeito: Lewis, "Los hijos de Sánchez, Mexico, Fondo da Cultura Económica" (1ª ed. Em espanhol).

A pesquisa empírica foi realizada com jovens moradores dessas duas favelas, em dois momentos distintos. No primeiro momento realizamos contatos com as presidentes das Associações de Moradores das duas favelas para viabilizar o nosso acesso às favelas e, conseqüentemente, o contanto com os jovens, objeto de nossa pesquisa. Cabe destacar o papel relevante desempenhado pelas Associações na intermediação com os jovens entrevistados e com a coordenadora de área responsável pelo projeto Agente Jovem nas comunidades.

No segundo momento realizamos as entrevistas precedidas de uma conversa inicial com os jovens, onde apresentamos nosso objetivo e solicitamos a sua participação na entrevista.

Com a utilização de um gravador, realizamos as entrevistas a partir de um roteiro pré-estabelecido, com os jovens selecionados que foram se dispondo a fazer as entrevistas e preenchiem os critérios pré- estabelecidos.

Contamos, no decorrer da pesquisa, com o apoio da professora Ana Izabel de Carvalho Pelegrino da Escola de Serviço Social/UFRJ e da mestrandia Cilene Almeida, que contribuíram nas discussões sobre o roteiro e nos acompanharam até as favelas.

Uma grande dificuldade no processo da pesquisa foi termos que nos enquadrar aos horários de entrada e saída impostos pelo tráfico, pois não podíamos iniciar antes das 9:00 horas nem ficar no interior das favelas além das 17:00 horas, pois é comum após esse horário a invasão da polícia e, conseqüentemente a troca de tiros entre os traficantes e os policiais.

As entrevistas com os jovens que participam do Projeto Agente Jovem foram inicialmente dificultadas, porque a coordenação do projeto colocou alguns obstáculos por não compreender inicialmente o objetivo da pesquisa. A

mesma, no primeiro momento, pensava que se tratava de uma pesquisa para avaliar o desempenho do projeto agente jovem e o seu desempenho em particular, por isso sentiu-se ameaçada.

Inicialmente, os jovens ficaram tímidos, principalmente pelo uso do gravador¹³, porém, no decorrer da entrevista foram se sentindo mais à vontade e com isso falavam mais claramente sobre as questões levantadas. O único obstáculo encontrado foi justamente em relação à violência e mais especificamente ao tráfico de drogas, pois por viverem sob o domínio do medo, eles não se sentem muito tranquilos em abordar esta temática. De todos os jovens entrevistados, podemos dizer que encontramos mais dificuldade com os jovens inseridos no projeto Agente Jovem, pois além dos obstáculos já mencionados, estes jovens foram inicialmente resistentes, já que pensavam se tratar de uma pesquisa para avaliar o agente jovem e conseqüentemente a sua participação neste projeto.

Sem dúvida alguma, o processo de realização das entrevistas foi facilitado por nossa inserção no grupo de pesquisa Favela e Cidadania que tem desenvolvido um trabalho ao longo de muitos anos nas favelas. Por outro lado, nossa participação nesse grupo nos permitiu um conjunto de observações sobre as favelas e seus moradores fundamentais para a leitura e interpretação dos dados coletados.

3.2.2- A inserção no mercado de trabalho e o Significado do Trabalho para os Jovens

¹³ Para a utilização do gravador solicitamos o consentimento prévio dos entrevistados.

Quando na nossa pesquisa abordamos a questão do mercado de trabalho, constatamos que os jovens moradores das duas favelas se encontram em situação bastante problemática, já que 31,5% dos jovens de Praia da Rosa e Sapucaia encontram-se desempregados. Dos jovens que estão inseridos no mercado de trabalho, isto é, 42,1%, temos 31,5% inseridos no mercado informal de trabalho e desenvolvendo atividades laborativas com os pais. Do total de entrevistados, temos apenas 10,5% inseridos no mercado de trabalho formal. Estes dados mostram um agravamento da questão do desemprego em relação ao Censo de 1996. Com relação aos dados relativos à participação dos jovens no projeto Agente Jovem, deve-se ressaltar que estes não são relevantes se levarmos em consideração o número total de jovens moradores das duas favelas e o número de inseridos neste projeto, o qual é de apenas 22. Na realidade, o total de jovens entrevistados participantes desse projeto (5) é devido à nossa escolha proposital em tomá-los como parte de nossa amostra.

A tabela abaixo revela, em termos numéricos, a situação dos jovens das duas favelas estudadas em relação ao mercado de trabalho.

SITUAÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Situação	Total
Desempregado	6
Agente Jovem	5
Mercado Formal	2
Mercado Informal	3
Trabalho familiar	3

Total	19
-------	----

Dos jovens que ingressaram no mercado de trabalho, uma parcela significativa (em torno da metade deles) estava desempregada. A ocorrência do desemprego está se tornando fenômeno econômico corriqueiro em nossa sociedade, além de justificado, sistematicamente, como condição natural dos novos tempos e do novo mercado.

"...Pra mim se não fosse esse trabalho com o meu pai seria difícil, pois eu ainda não tenho carteira de reservista e enquanto eu não servi o exército, sair do exército eu não vou ter um emprego com carteira assinada, ninguém vai querer me dar." (Rapaz, 18 anos)

Em que pesem os efeitos sociais, historicamente esse fenômeno esteve associado a populações mais velhas, trabalhadores que não conseguem acompanhar as transformações na estrutura produtiva, classicamente conhecidos como desempregados tecnológicos.

O desemprego juvenil é preocupante se a ele somarmos percentual significativo de jovens que não estudam. Tais indicadores demonstram que a estrutura do mercado de trabalho pressupõe o abandono da escola, mas contraditoriamente tal abandono significa demarcar a exclusão social, posto que ficar fora da escola numa sociedade em rápida transformação é sinônimo de estar ou ficar cada vez mais distante das oportunidades de trabalho, conforme é colocado na fala abaixo.

"...trabalho tá muito difícil, e para mim por não ter o segundo grau, fica mais difícil. Acho mais difícil arrumar emprego, por isso. Agora vou fazer o supletivo, vamos ver, né?" (Rapaz, 24 anos)

Como saída, constrói-se o argumento que afirma que o problema todo será resolvido quando os trabalhadores tiverem sido requalificados e a educação formal ampliada. Nos discursos oficiais, bem como para muitos jornalistas, sociólogos entre outros profissionais, pertencentes ao establishment ou não, flui como uma verdade inquestionável. O problema não é o desemprego ou a falta de trabalho: as vagas existiriam, mas faltaria gente qualificada para ocupá-las. Este discurso se reproduz também na fala dos jovens favelados e na crença que uma maior qualificação resolveria o problema afirmam:

"...Tem que ter estudo, às vezes até com o primeiro grau completo tá difícil de arrumar. Hoje em dia para trabalho ninguém abre as portas, tá tudo difícil, e até quem tem formatura tá difícil, imagina para nós da favela?..." (Rapaz, 20 anos).

"... Acho que o governo deveria investir em curso de informática porque na hora de arrumar emprego tem que saber informática. Em cursos que ensine a lidar com o público porque muita gente não sabe lidar com o público, curso que ensine como se comportar em uma entrevista para emprego." (Moça, 19 anos)

No entanto, avolumam-se análises que demonstram que as coisas não são assim. Essas discussões teóricas são adensadas por evidências empíricas demonstradas que o problema do desemprego é sério. Distância entre o projeto futuro e a situação real.

A partir dos indicadores de que as representações sobre o lugar da escola em suas diversas modalidades, e a do mercado possuem imbricações muito complexas, verificamos que a exclusão presente entre os jovens favelados é apenas a ponta do "iceberg" da realidade social em que os jovens brasileiros estão inseridos – não é um problema exclusivamente social, mas

também decorre de uma espécie de exclusão frente a instituições do poder público.

“Essa é a dança do desempregado, quem ainda não dançou tá na hora de aprender a nova dança do desempregado, amanhã o dançarino pode ser você...” (Gabriel O Pensador, Cd Quebra Cabeça)

O trabalho para os jovens entrevistados é visto como a alternativa para mudar a condição social, porém, todos eles sofrem, como os demais cidadãos as conseqüências das transformações no mundo do trabalho, com um agravante: eles na sua maioria não têm experiência, pois muitos nunca trabalharam com registro em carteira.

“Eu acho que tem que investir em tudo. Por exemplo: na área de emprego é o seguinte, sempre tem que ter experiência, e como eu vou ter experiência sem ter o primeiro emprego, só posso ter experiência a partir do momento que eu comece a trabalhar. E eu fico muito triste, pois eles pedem experiência, eu nunca trabalhei de carteira assinada, porque se não der o emprego como a pessoa vai ter experiência. Pra tudo tem que ter a primeira vez.”(Moça, 19 anos)

Os jovens entrevistados apresentaram como motivo da exclusão do mercado de trabalho a falta de capacitação, pois hoje, além de ter concluído o ensino médio, o mercado exige o conhecimento em outras áreas, principalmente em informática. A maioria dos jovens entrevistados não participa e nunca participou de cursos profissionalizantes, e os que estão inseridos no projeto Agente Jovem, não saem capacitados para o mercado de trabalho, pois as atividades propostas pelo projeto, isto é, a ação em dois momentos distintos não se efetiva, a primeira que é a capacitação teórica, se dá de forma bastante fragmentada, sem uma continuidade e a segunda que é justamente a ação

prática nas comunidades tem a sua efetivação bastante dificultada principalmente pela ação do narcotráfico nas favelas do Rio de Janeiro.

Como não se conseguem se inserir no mundo do trabalho, mesmo em atividades mais braçais, alguns jovens, segundo os entrevistados, vão buscar outras alternativas para adquirir o que necessitam e desejam, pois como eles, os pais que, muitas vezes também estão fora do mercado de trabalho, não têm como suprir as necessidades reais e as impostas pela mídia. Esta alternativa pode ser infelizmente a inserção no tráfico de drogas. Podemos observar essa questão na fala de alguns jovens.

*“... Eles querem dinheiro, a mãe não trabalha, então eles se viram, vão trabalhar no tráfico e conseguem...”
(Moça, 19 anos)*

Portanto, a perversidade do mercado chega a ponto de “oferecer” o jovem para o contingente de traficantes, pois essa parece ser naquele momento, para alguns jovens, a única forma de suprir as suas necessidades.

Esses jovens entrevistados, como outros jovens da periferia brasileira, estão condenados a se inserir no que Marx chamou de “exército industrial de Reserva”, isto é, mesmo estando com todo o potencial para se inserir no mercado de trabalho, não conseguem, pois o sistema quer mesmo é garantir o aumento cada vez maior dos lucros, mesmo que isso se faça a custo do aumento das taxas de desemprego.

Um outro ponto tratado pelos jovens no decorrer das entrevistas, como um elemento que dificulta a inserção no mercado de trabalho, foi em relação ao local de moradia, alguns dos entrevistados consideram que o fato de serem moradores de favela, dificulta o processo de inserção no mundo do trabalho,

principalmente pelo entendimento que os não moradores de favelas têm desse espaço de residência, isto é, um *locus* marginal, formado na sua maioria por “bandidos”. As falas abaixo revelam a discriminação sofrida pelos jovens das favelas.

“Existe bastante discriminação na hora de arrumar emprego, principalmente pelo lugar que você mora, quando diz que mora em favela acho que as pessoas ficam com medo, algum tipo de preconceito...” (Rapaz, 16 anos)

“...Bem por morar na favela a gente é muito discriminado por causa disso, porque algumas pessoas acham que pelo fato da gente morar na favela a gente não estuda. Eles olham para o nosso exterior e não para o nosso interior, o que se passa por dentro da gente. É por isso que muitos da gente não têm oportunidade por causa da discriminação com quem mora na favela” (Rapaz, 17 anos)

A relação com o tráfico se estabelece em função de sua condição socioeconômica já que esta trás como consequência uma série de impasses para esse sujeito que dificulta que ele se reconheça enquanto parte da sociedade. Nesse sentido, o tráfico apresenta perspectivas de ganho *fácil* e imediato embora seja marcado por todas as interdições.

De toda maneira o trabalho digno está no horizonte dos jovens entrevistados presente nas propostas abaixo:

“Criar mais oportunidade de emprego, tem muita gente querendo trabalhar e não tem emprego. Tem que investir mais em curso, que prepare para o emprego, acho que é isso.” (Moça, 16 anos)

“Acho que eles tinham de olhar essa questão dos jovens que querem o emprego, que ele (o governo) desse mais oportunidade aos jovens. Tem aqueles jovens que não completou o primeiro grau e são excluídos, não é porque o cara é excluído que o cara não sabe fazer nada, ele tem as

suas qualidades então tem que ver essas qualidades, e então tem que ver essas pessoas que não têm um bom grau de escolaridade e ver o que ele pode fazer, mudar alguma coisa na escola, acho que é isso..." (Rapaz, 18 anos)

"Tinha que investir na área de emprego só para jovens. Um local que só pudesse trabalhar jovens entre 16 e 21 anos, pra que eles pudessem pegar experiência que pedem uma empresa grande. Abrir uma microempresa." (Moça, 19 anos)

3.2.3 – A questão da escolaridade e a visão do jovem sobre a Escola

A partir das entrevistas, podemos perceber que a maior parte (36,8%) dos jovens se encontra cursando o ensino médio, e um percentual já concluiu essa etapa escolar (5,2%) que para muitos representa o ápice da vida escolar. Chamou nossa atenção o percentual de jovens fora da escola, representados em 31,5% dos jovens entrevistados. A maioria destes jovens está também fora do mercado de trabalho, portanto, sem nenhuma perspectiva de vida, tornando-se alvo dos narcotraficantes. Em relação ao ensino fundamental, temos 21% dos jovens que ainda estão cursando o ensino fundamental, questão que os coloca em situação totalmente desfavorável no processo de inserção no mercado de trabalho, pois encontram defasados em relação aos jovens das camadas mais abastadas. Por outro lado, os dados obtidos nas entrevistas nos mostram que mesmo a universidade sendo um sonho distante, para um desses jovens, tornou-se realidade, ainda que para um percentual ínfimo desse segmento (5,2%). A tabela a seguir nos fornece uma visão de totalidade sobre a situação escolar dos jovens entrevistados nas duas favelas.

SITUAÇÃO ESCOLAR DOS JOVENS

Situação	Total
Fora da Escola	6
Ensino Médio Concluído	1
Ensino Fundamental	4
Ensino Médio	7
Ensino Superior	1
Total	19

O número significativo entre os jovens entrevistados fora da escola pode estar relacionado à visão negativa que possuem da instituição.

“A escola, eu acho, não é muito boa, tem muita greve, a gente fica muito sem aula, e quando volta é tudo correndo. Acho que o governo tem que ver essa coisa da escola. Eu quero terminar logo e sair de lá” (Rapaz, 16 anos).

Para os entrevistados trata-se de uma escola com uma qualidade de ensino que não os habilita para o ensino público superior.

“A escola devia ser para todos, mas na minha opinião não é, pode ser engano, mas veja o meu caso. Eu fazia faculdade, a SUAM, Serviço Social, parei pois não posso pagar, e passar na pública é difícil, a minha escola não me preparou para a pública, veja bem, estudei em escola pública a vida toda e na hora da faculdade não posso ir para a pública, porque a minha escola não me preparou, engraçado, né? (Moça, 21 anos)”

A visão pessimista dos jovens entrevistados sobre a escola é resultado da falência dessa instituição. Historicamente a instituição escola sempre teve um papel dicotômico, isto é, uma escola para a classe dominante e uma para a classe trabalhadora. E os jovens entrevistados estão ou estiveram inseridos no segundo modelo de escola e percebem claramente essa dicotomia.

*“Não sei falar muito sobre a escola, eu vou porque tem que ir, mas a escola não é assim, como posso dizer, chama a gente, a senhora entendeu? É assim, acho que a escola tinha que ser como as escolas dos outros meninos, os ricos, que eles aprendem muita coisa, a gente só tem greve e não aprende muito. Eu não gosto dessa escola.”
(Rapaz, 16 anos)*

Na sociedade moderna, a educação é identificada como a forma escolar dominante. Sobre a supremacia da forma escolar de educação sobre outras formas não escolares, entre as quais se inclui a forma profissionalizante de educação, comenta Saviani:

*“... quando se quer falar em educação que não é da escola, temos que fazer a referência sempre pela via negativa: educação não escolar, educação não formal, informal. O critério para entender as demais é a forma escolar”
(Saviani, 1996 p.157 apud Macedo 1999, p.90).*

O antagonismo de classe que reveste a educação no capitalismo, reconhecendo que mesmo na generalização da escola, através de uma educação escolar básica universalizante, este antagonismo se expressa ao reservar aos trabalhadores uma formação limitada a determinadas habilitações profissionais.

No decorrer das entrevistas, percebemos que para alguns jovens a conclusão do ensino médio é essencial, mas para outros a universidade, mesmo sendo algo muito distante da sua realidade, é um sonho que pretendem realizar:

"...Parei de estudar na 8ª série, e agora estou fazendo o supletivo e sonho em fazer faculdade de Educação Física..." (Rapaz, 24 anos)

No entanto, para outros esse sonho é atropelado pela necessidade do trabalho como forma de subsistência:

*"quando eu terminar o 3º ano, vou parar de estudar, tá bom né? Quero trabalhar..."
(moça, 19 anos)*

No Brasil, a formação profissional esteve sempre sob o controle dos empresários através das escolas técnicas da rede pública, como das agências de formação mantidas pelo patronato, tais como SENAC, SENAI e SENAR. A perspectiva do adestramento e do treinamento orientava os programas de formação profissional sem maiores questionamentos até recentemente.

Entretanto, a partir da análise da crise do capitalismo real, neste fim de século, Frigotto (1995), particularizando o contexto brasileiro, examina as implicações políticas nas mudanças na materialidade histórica das relações capitalistas que demandaram a teoria do capital humano nos anos 60/70 e sua redefinição atual, nos anos 80/90, face à uma materialidade diversa que está exigindo a sociedade do conhecimento e da qualidade total. "De forma mais dissimulada, os conceitos de sociedade do conhecimento, qualidade total, flexibilidade e participação, elidem as relações de classe e de poder" (Frigotto, 1999 p.11.).

Na perspectiva de análise adotada, o autor apreende a educação no plano das determinações e relações sociais concretas como um processo constituído e constituinte destas relações. Assim, a educação, na sua processualidade histórica, é vista por Frigotto, como um campo de disputa pela hegemonia:

“... a educação é concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, sendo ela mesma uma forma específica de relação social. O autor identifica dois modelos de escola, uma que representa os interesses ou as necessidades de redefinição de um novo padrão de reprodução do capital; e outra, que se articula em torno das necessidades da classe trabalhadora” (Op.cit. 1999 p.9).

No plano político-histórico, a questão colocada pelo autor, é de

“disputar concretamente o controle hegemônico do progresso técnico, do avanço do conhecimento e da qualificação, arrancá-los da esfera privada e da lógica da exclusão e submetê-los ao controle democrático da esfera pública para potenciar a satisfação das necessidades humanas”(ibidem,1999:13).

Nessa concepção, o horizonte dos processos educativos que se articulam aos interesses das classes trabalhadoras deverá potencializar a “formação humana unitária” que significa um resgate do conceito de formação unilateral no interior do processo de “emancipação humana” em Marx, Engels e Gramsci.

A ofensiva neoliberal contra a escola pública se veicula através de um conjunto medianamente regular e estável de medidas políticas de caráter dualizante e, ao mesmo tempo, através de uma série de estratégias culturais dirigidas a quebrar a lógica do sentido sobre o qual esta escola adquire legibilidade para a maioria.

No campo da formação profissionalizante, esta disputa pela hegemonia, no plano das relações concretas entre trabalho e educação, se expressa através das proposições polarizadoras que viabilizam projetos cujos eixos consistem, alternativamente, em “educação para o trabalho” ou “educação pelo trabalho” (Frigotto, 1999). O primeiro identifica-se com uma visão

economicista da educação, enquanto fator de desenvolvimento; e o segundo enfatiza os processos educativos, tendo, na sua dinâmica, o trabalho como apoio.

Os jovens moradores das duas favelas quase não têm acesso a cursos profissionalizantes e, quando esses acontecem, são de forma fragmentada e não os capacitam para responder às exigências impostas pelo mercado de trabalho. Segundo dados obtidos nas entrevistas, o poder público quase não intervém na promoção de cursos de capacitação. Atualmente, o único projeto que está sendo desenvolvido nas duas favelas é o Agente Jovem, que mesmo tendo como objetivo capacitar o jovem para o mundo do trabalho, como também evitar que ele se envolva com o tráfico de drogas, não é significativo, porque o mesmo, em momento algum oferece mecanismo para atender esses dois objetivos. É na verdade, apenas mais um espaço de socialização baseado na recreação, principalmente por não consolidar na prática todos os objetivos propostos.

A formação profissionalizante para esses jovens acontece, na maioria das vezes, nas igrejas existentes nas duas favelas, porém, estão muito mais voltados para uma qualificação para o mercado informal. Pois devido à falta de instrumentais e profissionais qualificados, não são capazes de os preparar para responder as demandas postas pelo mercado de trabalho.

No decorrer das entrevistas, algumas sugestões são apresentadas para resolver a questão da escola para esses jovens moradores de favelas.

“Eu estudo fora da favela, aqui não tem escola... tenho de sair. E quando tem guerra, a gente não pode sair, aí eu acho que seria bom uma escola aqui” (Rapaz, 17 anos).

“A escola tinha que ser mais assim, como posso dizer, melhor, sei lá, ensinar umas coisas para ajudar na hora de arrumar emprego, não sei acho que a escola, os professores, o governo tem que pensar nisso, nessa escola que prepare a gente para o futuro...” (Moça, 16 anos).

3.2.4 – As Políticas Sociais para os Jovens de Praia da Rosa e Sapucaia

Para os jovens entrevistados o Estado não responde às expectativas em relação às políticas sociais, já que as mesmas, quando acontecem, não são divulgadas amplamente e, muitas vezes, não atendem as demandas reais dessa parcela da população. Esse dado foi constatado nas nossas entrevistas, onde muitos jovens entrevistados não tinham conhecimento da existência do projeto Agente Jovem nas duas favelas e os que estão inseridos não têm clareza do objetivo do mesmo. Uns acreditam que a partir desse projeto estarão preparados para se inserir no mercado de trabalho e outros não souberam definir qual o real objetivo do projeto, apenas acham um espaço interessante porque têm contato com outros jovens e recebem uma bolsa auxílio mensalmente.

*“Nunca participei e não conheço nenhum projeto que esteja sendo desenvolvido aqui na favela”
(Rapaz, 16 anos)*

Alguns dos entrevistados consideram que os projetos pensados e implementados pelo Estado não conseguem atingir os seus objetivos por que não consideram a opinião do jovem no processo de elaboração, eles partem do que seria o desejo e as necessidades reais da juventude, não levando em

consideração o que de fato é necessário e essencial para que essa parcela da população tenha condições de construir uma nova condição social.

"... Acho que teria que investir na área de emprego só para jovens, como eles estão falando agora desse Primeiro Emprego..." (Rapaz, 17 anos)

"Sempre tem que ter experiência, como eu vou ter experiência sem ter um primeiro emprego. Só posso ter experiência a partir do momento em que eu comece a trabalhar. E eu fico muito triste, pois eles pedem experiência, eu nunca trabalhei de carteira assinada..." (Moça, 19 anos, mãe solteira, desempregada)

A intervenção do poder público ainda não consegue atender às reais necessidades dos jovens, principalmente aqueles pertencentes às camadas mais pauperizadas e que não têm como se qualificar para responder às exigências impostas pelo mercado. A experiência profissional, portanto, torna-se, segundo os entrevistados, mais uma barreira no processo de inserção. E o Estado que, historicamente, sempre esteve a serviço do poder burguês, não se compromete com essa questão e continuamente oferecendo políticas paliativas e fragmentadas, sem nenhuma perspectiva de transformação social.

3.2.5 - O Cotidiano dos Jovens moradores de Praia da Rosa e Sapucaia

- Lazer

O Lazer é parte do cotidiano sem alternativas dos jovens moradores de favelas no Rio de Janeiro. Os jovens de Praia da Rosa e Sapucaia entrevistados relataram que nas duas favelas não existe muita opção de lazer, sendo

necessário, na maioria das vezes, se deslocar para outros locais, inclusive em outros bairros. Atualmente acontece aos sábados, um pagode realizado na quadra de esportes de Praia da Rosa, porém, essa atividade conta muito mais com a presença dos adultos do que dos jovens.

Acompanhando as tendências verificadas no Rio de Janeiro, os bailes *funk*¹⁴ se colocam como uma das alternativas de lazer e socialização disponíveis para os jovens. Segundo Vianna (*apud* Dellasoppa, 2003), na década de 1970, o *heavy dancing* originou-se na Zona Sul do Rio de Janeiro, porém, devido às restrições impostas pelos donos de casas de espetáculo o movimento migrou para a periferia. Hoje o *funk* fundamenta-se nas suas versões mais erotizadas e apelativas, expandiu-se para muito além da periferia, conquistando como modismo, as camadas jovens das classes médias.

Associados às galeras de comunidades e às galeras *funk*, esses bailes, a cada fim de semana, atraem uma grande quantidade de jovens funkeiros que dançam e às vezes brigam na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nos bailes de comunidade, as brigas geralmente não acontecem porque a presença está restrita a galeras afins, e o baile muitas vezes está organizado ou vigiado pelos traficantes que controlam a área. Entendemos que o papel da violência nesses bailes deve ser relativizado considerando algumas características específicas da estrutura brasileira de relações sociais, bem como a própria violência vivida no interior da favela. A violência no *funk* está restrita a poucos e limitados eventos.

¹⁴ Sobre o Funk no rio de Janeiro consultar: Dellasoppa, Emílio.. *Funk'n rio: Lazer, música, galeras , violência e a socialização da onda jovem" in* FRAGA, Paulo Cesar Pontes & Lulianelli, Jorge Atílio Silva (org.) *Jovens em tempo real*, Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

Os jovens de Praia da Rosa e Sapucaia tomam parte, segundo informações das entrevistas, do baile *funk* que acontece na favela do Dendê, favela próxima ao local de moradia dos jovens. A realidade dos bailes *funk* é apenas mais uma das inúmeras que concorrem sinergicamente no processo de socialização. Associa-se à pobreza, à discriminação e à falta de oportunidades para educação, emprego e lazer, assim como a todas aquelas características marcantes da sociedade brasileira.

Na nossa pesquisa, contamos com a participação de cinco jovens que têm filhos. Estes, quando se referiam à questão do lazer, tinham a preocupação em garantir um espaço de diversão para os filhos. Estavam muito mais preocupados em garantir para as crianças opções de lazer que não têm nas duas favelas.

Um fator interessante que verificamos nas nossas entrevistas é que os jovens moradores dessas favelas, devido à questão da violência, perderam o direito de ocupar o espaço da rua para realizar atividades com os amigos, como conversar, jogar bola, devido à presença constante dos “soldados do tráfico” que sempre estão armados os intimidando e principalmente, pelo medo da entrada da polícia nas favelas. Podemos perceber essa questão na fala de um dos adolescentes:

“... Às vezes a gente junta um dinheiro e faz um churrasco ali na rua, mas no lugar bem escondido, por que se começar o tiroteio dá tempo de todo mundo guardar tudo...” (Rapaz de 16 anos)

Um dos locais mais utilizado como espaço de lazer pelos jovens de Praia da Rosa e Sapucaia é o *shopping* Ilha Plaza, na Ilha do Governador. E quando perguntamos o porquê desta opção, eles colocaram por ser um espaço onde se encontra “gente bonita”. Podemos então perceber que, independente da

condição socioeconômica, o jovem privilegia um espaço de consumo como local predileto para diversão.

Quando passamos a tratar da questão do dia-a-dia, isto é, o que eles faziam durante a semana, percebemos que quem está na escola e não está trabalhando fica sem ocupação quando retorna para casa. Apontaram como opção ver televisão, porque em casa eles sentem-se muito mais seguros uma vez que, mesmo conhecendo uma boa parte dos “meninos” que trabalham para o tráfico, não se sentem seguros no espaço público e ruas das favelas.

- Violência e Narcotráfico

Quando tratamos nas nossas entrevistas da violência e do narcotráfico tivemos como preocupação perceber como essas duas questões são vistas pelos jovens e qual a interferência no cotidiano de cada um deles.

O medo de uma bala perdida foi um dos fatos mais relatados pelos jovens e por isso sentem-se muito inseguros, principalmente os que estão estudando à noite. Segundo esses jovens quando a polícia entra nas favelas o medo é ainda maior, pois não interessa para os policiais quem seja ou não do tráfico.

A maioria dos jovens entrevistados é morador antigo das duas favelas e vivenciou todo o processo de urbanização, isto é, participou do programa Favela-Bairro da prefeitura do Rio de Janeiro, que tinha como objetivo integrar as favelas à cidade formal. Essa intervenção deveria permitir um maior controle do tráfico, através da abertura das vias, para facilitar o acesso da polícia.

Para estes jovens, com o programa de urbanização, a violência aumentou, porque com a abertura das vias, o tráfico que antigamente não era tão exposto montou pontos estratégicos nas entradas das favelas para a venda da droga e principalmente para não ser surpreendido por uma ação policial. De outro modo, a intervenção urbanística acabou por possibilitar a implementação de uma política de segurança pública de caráter extremamente repressiva que se faz de forma indiscriminada nas favelas levando a um aumento da violência nesses espaços.

Outro ponto destacado pelos entrevistados é a nova forma de organização do tráfico que foge ao controle das duas favelas. Nessas duas favelas este é comandado pelo Morro do Dendê, tendo inclusive rodízio entre os "olheiros", e estes quando não são moradores de Praia da Rosa e Sapucaia, não respeitam a população local; fato que não acontece quando é dia dos "olheiros" que são moradores das duas favelas, pois esses jovens antes de entrarem para o tráfico tinham uma relação muito próxima com os entrevistados, muitos deles estudaram juntos, e isso faz com que eles respeitem e não se tornem ameaçadores. Uma das jovens entrevistadas nos fala que a violência na verdade é a grande responsável pela ausência de liberdade nas duas favelas:

"... A gente não tem liberdade de ficar ali fora conversando porque pode entrar polícia, ou os" meninos" quando tão doidão ficam dando tiro à toa." (Moça de 19 anos).

Por outro lado, os entrevistados têm constatado que a violência ligada ao tráfico de drogas tem dividido a cidade, deixando as favelas cada vez mais isoladas repercutindo inclusive na estrutura e dinâmica familiar dos moradores

de Praia da Rosa e Sapucaia. Uma das jovens entrevistadas relatou que a violência é a única responsável pela separação da sua família, porquanto como ela e a mãe moram na Praia da Rosa, onde o tráfico é comandado pelo Terceiro Comando, e o restante dos seus familiares estão morando em um outro morro pertencente a outro comando. As visitas não são possíveis, porque por mais que pareça complexo para as pessoas que vivem no “asfalto”, essa questão é muito presente na vida dos moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro, o tráfico estabelece normas e leis que têm que ser respeitadas.

A exposição das armas é outro ponto que chama atenção e que foi apresentado pelos jovens como uma das piores coisas no cotidiano das favelas. Duas jovens entrevistadas estão residindo em uma das favelas a mais ou menos um ano e, quando perguntamos como elas estavam convivendo com a questão da violência, tivemos as seguintes respostas:

“Até agora eu não me acostumei, por que é difícil se acostumar. Eu venho de um bairro em Natal que é uma maravilha, é tudo de bom que você já imaginou, pra mim lá é o paraíso. Porque lá, mesmo as pessoas usando droga, é escondido, não como aqui, uma criança ver, um adulto ver. Lá é uma coisa bem discreta, lá eles são bem discretos. Aqui não, qualquer coisa se fala logo em matar. Essa coisa de facção, eu não me acostumo com isso. A única coisa que eu não gostei aqui no Rio foi esse negócio de facção, pois você não pode ir em outro bairro que tenha comando diferente...” (Moça, 21 anos)

“Eu no começo me assustei bastante porque lá em Pernambuco eu morava em um sítio e não via essas coisas que vejo aqui. Eu chorei muito quando cheguei aqui e vi como era a coisa da violência, essas armas...” (Moça, 22 anos)

Na opinião dos jovens entrevistados, a opção pelo tráfico é resultado de alguns fatores, como desestruturação familiar, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a sociedade de consumo exacerbada pela mídia e principalmente a ausência de projetos de capacitação e inserção no mercado de trabalho.

Os jovens que estão inseridos no projeto Agente Jovem, que tem como objetivo evitar a inserção dos adolescentes no narcotráfico, não conseguem visualizar este objetivo do projeto, e consideram um espaço que não irá contribuir no processo de inserção no mercado de trabalho, relatando que um dos principais motivos que os prende no projeto é uma bolsa – auxílio que eles recebem mensalmente, por um lado, e pela convivência com outros jovens, por outro. Um dos jovens participantes do projeto Agente Jovem, durante a entrevista, nos relatou que tinha sido “convidado” para entrar no tráfico e disse que o único motivo que fez com que ele não aceitasse foi o medo de morrer cedo:

*“Se tu entra, tu vai ter dinheiro pra comprar tudo, mas se o traficante mandar tu matar um amigo, e tu não matar, tu morre... É por isso que eu não fui, eu não quero morrer cedo. Tem muitos que não chegam nem aos 17 anos...”
(Rapaz participante do Agente Jovem, 16 anos)*

Trabalhar para o tráfico de drogas é uma “opção” reveladamente mais rendosa, permitindo mais imediatamente o acesso aos bens de consumo de massa. Por ser produtiva e possuir uma forte hierarquização, esta atividade ilícita muitas vezes torna nebulosa a tradicional dicotomia entre trabalhador e bandido. Não se pretende, ao tecer tal afirmativa, insinuar o não reconhecimento dos jovens envolvidos com o negócio das drogas de que tal

atividade era tipificada como uma ação ilícita. Todavia, não é incomum perceber constantemente como jovens se referem a esta atividade como um trabalho que, tal como outras tarefas já desenvolvidas referentes ao mundo do trabalho legitimado socialmente, encontra-se descoberto de garantias legais.

3.2.6- Perspectivas para o Futuro no olhar dos Jovens entrevistados

Futuro esta palavra para os jovens entrevistados pode ter vários significados. Uns ainda sonham com uma vida diferente, em mudar da favela, fazer um curso superior, trabalhar com carteira assinada, casar, ser feliz, este é o sonho do jovem morador de Praia da Rosa e Sapucaia, como qualquer jovem que deseja um futuro feliz, com conquistas. Sendo que estes jovens têm que vencer algumas barreiras, que parecem muitas vezes invencíveis e, principalmente fugir de caminhos que possam parecer mais simples.

Falar em futuro com quem mal sabe qual o seu presente foi um desafio na nossa pesquisa, uma vez que o jovem morador de favela não tem elementos concretos como o jovem da classe média e média alta para “desenhar o seu futuro”. Isto ficou muito claro pelo desejo que a maioria apresentou no decorrer da pesquisa em sair da favela, em residir no “asfalto”, ou seja, o jovem não consegue vislumbrar um futuro diferente do seu presente se continuar morando na favela.

“... meu desejo é arrumar um emprego e, principalmente sair daqui da favela, meu grande sonho é sair daqui. A gente não vive bem aqui...” (Moça, 19 anos)

Um dado que nos chamou a atenção nas entrevistas foi o desejo que os jovens das duas favelas tem em seguir carreira militar. É muito interessante, pois eles convivem em um local onde o poder militar é visto como o inimigo maior, mas mesmo assim eles almejam e vêem como alternativa para um futuro diferente do presente a inserção na carreira militar.

"Eu pretendo ser militar, mas se não conseguir quero fazer faculdade para ser biólogo..."
(Rapaz, 16 anos)

"Pretendo fazer concurso para ser militar, esse é o meu sonho.."
(Moça, 20 anos)

O futuro para os jovens é visto totalmente descolado do presente. É entendido muitas vezes como uma coisa distante, e a sua consolidação parece para estes jovens ser possível com a saída da favela.

CONCLUSÃO

A realidade do jovem pobre no Brasil, especialmente daqueles residentes nas áreas faveladas, tem se tornado cada vez mais difícil, principalmente em relação às perspectivas quanto ao futuro. Vivem em condições precárias, sem garantia dos direitos de cidadania e sem acesso aos serviços básicos. Com relação à escola, por exemplo, esses jovens quando ingressam na vida escolar se deparam com um ensino de baixa qualidade que não lhes permite uma formação compatível com as exigências do mercado de trabalho na atualidade. É exigido do jovem um amplo conhecimento e domínio de determinados conteúdos técnicos e teóricos compatíveis com as novas exigências postas a partir da reestruturação do mercado de trabalho, porém, com a desqualificação da escola pública, este jovem não tem como se capacitar para responder às novas exigências postas pela globalização da economia.

Esse mercado tem se redimensionado a partir das transformações verificadas no mundo do trabalho com a globalização da economia. Observa-se ainda que progressivamente o Estado tem se retraído no que diz respeito à intervenção social assumindo uma feição neoliberal.

O Estado neoliberal não tem uma intervenção sistemática em relação às políticas sociais, pois o seu objetivo maior é justamente favorecer a acumulação capitalista com conseqüências desastrosas para toda a sociedade.

Assim, no Brasil, a universalização de direitos garantida na Constituição de 88 não se faz em um contexto desfavorável já que esse processo se verifica no contexto do neoliberalismo. A inclusão dos jovens, através de programas sociais, não se realiza não só porque a cobertura dos programas não atenda todo o universo, mas também porque a qualidade desses programas e,

principalmente no que se refere ao processo de inserção no mundo do trabalho, não atendem aos objetivos propostos.

Nesse contexto, o protagonismo juvenil fica muitas vezes inviabilizado, principalmente por exigir condições básicas como, por exemplo, acesso a melhores condições de vida, uma escola de qualidade, que viabilizem construção de nova realidade. Além disso, cabe ressaltar outras variáveis que têm restringido as alternativas para um futuro melhor como é o caso da violência que tem atingido, de forma cada vez mais profunda, as favelas cariocas.

Com baixa escolaridade e com uma qualificação precária, os jovens moradores de Praia da Rosa e Sapucaia encontram obstáculos cada vez maiores para se inserirem no mundo do trabalho de forma que possam usufruir uma vida digna no futuro. Por outro lado, os programas sociais públicos voltados para essa faixa etária da população, que visam minorar essa problemática, como é o caso do Projeto Agente Jovem, não correspondem às expectativas dos jovens e não cumprem seus objetivos. Nas duas favelas, esse projeto atinge uma parcela ínfima desse segmento da população local, se levarmos em consideração que o Censo identificou, em 1996, 632 jovens nas duas comunidades e dentre estes o projeto atinge somente 22.

Agente Jovem e a realidade das favelas.

Podemos então afirmar que o nosso estudo vem justamente comprovar que os programas sociais pensados e executados pela esfera pública não respondem às demandas do jovem morador das periferias brasileiras, pois em momento algum é considerado o seu papel como sujeito de direito nas várias fases dos referidos programas, e também não temos uma intervenção comprometida com a construção de uma nova ordem social. Portanto,

entendemos que os programas e projetos sociais implementados para a juventude terão um papel transformador a partir do momento em que inserir o jovem como protagonista deste processo, considerar as realidades socioeconômicas do Brasil e as suas diferentes manifestações.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil" In Revista Brasileira de Educação n.º 5 , São Paulo, 1997.

ABRAMO, Helena Wendel, FREITAS, Maria Virgínia de, e SPOSITO, Marília Pontes (orgs). Juventude em Debate. Cortez, São Paulo. 2000.

ALVIM, Rosilene e GOUVEIA, Patrícia. Juventude anos 90: Conceitos, imagens e contextos. Rio de Janeiro, Gestão Comunitária, 2002

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 2000.

ASSIS, Simone Gonçalves. Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta: A vida dos Jovens Infratores e seus Irmãos Não-infratores. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1999.

BASTOS, M.D.F.; GOMES, M.F.C. & FERNANDES, L.L. Relatório das atividades desenvolvidas em apoio ao projeto de urbanização das favelas de Praia da Rosa e Sapucaia, dez, 1996

BASTOS, M. D. F. e GOMES, M.F.C.M. "Sobre o Caráter Político das Associações de Moradores em Favelas". Revista Serviço Social e Sociedade, Ano XV, Cortez, São Paulo, 1994.

----- e FERNANDES, L. L. Organizando la apropiación del territorio en una favela en Rio de Janeiro. El rol y poder de los narcotraficantes in Anais do Colloque International Lieux de Pouvoir et Pouvoir de Lieu dans Les Amériques vol. II Toulouse, França, 1995.

BEZERRA, V.C. "Adolescentes, drogas e famílias", In Anais do 55º Curso Nestlé de Atualização em Pediatria. Brasília, 1995. p. 235-239

BEHRING, Elaine Rosseti. Política Social no Capitalismo Tardio. Ed. Cortez. Rio de Janeiro, 1998.

BRASIL, "Estatuto da Criança e do Adolescente", Brasília, 1990

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário. Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1998.

CASTRO, Lucia Rabello (Org). Subjetividade e Cidadania: Um Estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e Política: A dualidade de Poderes e outros desafios. 2º edição. São Paulo, Cortez, 1996.

CALIXTO, Mônica. O MUNDO DA INFRAÇÃO E DA DROGA: um estudo sobre a trajetória de adolescentes pobres de Natal/RN. Dissertação de Mestrado, 1999. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS.

DEBERT, Guita Grim. "A antropologia e o Estudo dos Grupos e das categorias de idade" In. Velhice ou Terceira Idade? Miriam Moraes e Lins Barros(org). Rio de Janeiro

EM PAUTA. Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. nº 11, Rio de Janeiro, 1993

FLITNER, Andreas. "Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre juventude". In. Sociologia da juventude, vol 1. Rio de Janeiro, Zahar.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes & LULIANELLI, Jorge Atílio Silva (org.) Jovens em tempo real, Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

FRIGOTTO, Gaudênio. "Trabalho Precoce e formação: a questão da incorporação de adolescentes no mercado de trabalho". In O Social em Questão. Vol 3, nº3, Rio de Janeiro, PUC, Depto. de Serviço Social, 1999.

GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques "Urbanización de las favelas y producción del espacio. Desafíos para la democratización de la ciudad" Revista Trace (Travaux et Recherche dans les Amériques du Centre) Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos/ CEMCA, México, No. 42, décembre, 2002.

----- . Política Social e Cultura Política in Revista de Políticas Públicas (Programa de Pós-Graduação em Política Públicas da UFMA) vol. 6 No. 1 2002.

----- . "Estado e Política Social no Pensamento Brasileiro na Primeira República". In. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, UFRJ, n.º 06, 2002.

GROPPO, Luís Antônio. "Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas". Rio de Janeiro, DIFEL, 2000;

MACÊDO, Myrtes de Aguiar. "Trabalho de adolescentes socialmente assistido: avanço ou recuo de uma política?". In O Social em Questão. Vol 1, nº1, Rio de Janeiro, PUC, Depto. de Serviço Social, 1997.

MAGNANI , José Guilherme e TORRES, Lílian de Lucca (Orgs) "Na Metrópole. Textos de Antropologia Urbana". São Paulo. EDUSP/FAPESP, 1996.

MINAYO, Cecília de Souza et al(Orgs). "Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania na cidade do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro, Garamond, 1999.

NETTO, José Paulo. "Transformações societárias e Serviço Social". In Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, n.º. 50, 1995.

NOVAES, José Roberto. "Crianças trabalhando: questões para o debate". In O Social em Questão. Vol 3, número 3, Rio de Janeiro, PUC, Depto. de Serviço Social, 1999.

OLIVEIRA, Oris. "O Trabalho da Criança e do Adolescente". São Paulo, LTR, 1994.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et al (Orgs). "Linguagens da Violência". Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

POCHMANN, Marcio. "*Violência e Emigração Internacional na Juventude*" in: Ciência e Cultura, Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência ano 54. No. 1 jul/ago/set/ 2002.

QUIROGA, Consuelo. "Trabalho e Formação da Identidade Juvenil: Reconhecimento de trajetórias de jovens pobres no contexto das cidades". Tese de Doutorado em Serviço Social, UFRJ/ESS. Rio de Janeiro, 2001.

SABÓIA, Ana Lúcia. "Situação do trabalho infantil na primeira metade dos anos 90". In O Social em Questão. Vol 3, nº3 Rio de Janeiro, PUC, Depto. de Serviço Social, 1999.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. "Violência em Tempo de Globalização". Ed. Hucitec, São Paulo, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "Cidadania e Justiça Social: A Política Social na Ordem Brasileira". 2ª ed., Rio de Janeiro. Editora Campus, 1987.

SAULE, Nelson. "Proteção dos Direitos da criança e do adolescente". In Dicas/Polis, n.º 128, São Paulo, 1999.

SILVA, Cilene Almeida. "Narcotráfico e População Favelada: Um Estudo das Relações de Poder e das Políticas de Segurança Pública". TCC, ESS/UFRJ, 1997.

SOUZA, Patrícia Laczynski. "Fundo Municipal da criança e do adolescente". In Dicas/Polis, n.º 123, São Paulo, 1998.

SPOSITO, Marília Pontes. "A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade" In: Tempo Social, vol.5, 1994.

UNICEF. "Indicadores sobre Crianças e Adolescentes. Brasília" , 1991.

Revista Veja, n.º 49, pág. 40/46, 1999

VAZ, José Carlos. "Política Municipal de Juventude". In. Dicas/Polis, n.º 91, São Paulo, 1997.

VENTURA, Zuenir. "Cidade Partida". São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

ZALUAR, Alba. "Condomínio do Diabo", ed. Revan/UFRJ, Rio de Janeiro, 1994

----- . Cidadãos não vão ao Paraíso. Ed. Escuta/UNI CAMP. São Paulo. 1994.

----- . Gangues, Galeras e Quadrilhas: Globalização, Juventude e Violência. In. Galeras Cariocas: Territórios de Conflitos e Encontros Culturais. Hermano Vianna (org). Rio de Janeiro, Ed. UFRJ. 2003

----- & ALVITO, Marcos. *Um século de Favela*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1998.

ANEXO

Roteiro utilizado nas entrevistas com os jovens moradores de Praia da Rosa e Sapucaia:

- **Características dos entrevistados:**

- a) Escolaridade;
- b) Gênero;
- c) Situação do jovem no mercado de trabalho (empregado ou desempregado);
- d) Participação em programas de preparação e inserção no mercado de trabalho.

- **Cotidiano:**

- a) Narcotráfico;
- b) Violência;
- c) Lazer;
- d) Drogas;
- e) Esporte;
- f) Escola.

- **Trabalho:**

- a) Significado do trabalho em termos de sobrevivência e projeto profissional;
- b) Obstáculos à obtenção de um emprego;
- c) Percepção em relação ao mercado de trabalho;
- d) Experiência profissional;

- e) Discriminação no processo de inserção no mercado de trabalho(relação com a aparência, idade, local de moradia, qualificação profissional, escola pública);
- f) Exigências do mercado de trabalho(habilidades de computação e domínio de língua estrangeira);
- g) Experiência com emprego precário e ameaça do desemprego;
- h) Médias de salários auferidos (satisfatório/irrisório).

- **Políticas Sociais para Jovens:**

- a) Percepção das políticas;
- b) Sugestões e alternativas;
- c) Demandas.

- **Projeto de Vida e possibilidade de um futuro melhor:**

Como os jovens estão pensando no futuro, qual a perspectiva que eles têm?

Qual o sonho desses jovens moradores das favelas?